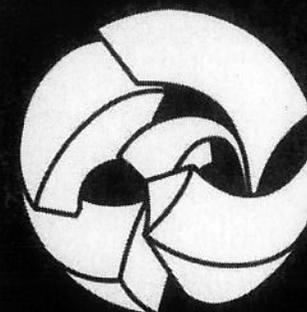




FUNAG  
FUNDAÇÃO  
ALEXANDRE  
DE GUSMÃO



IRBR

**GUIA DE ESTUDOS  
PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO  
À CARREIRA DE DIPLOMATA**  

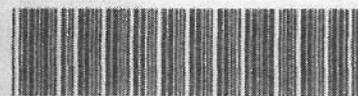
---

**INSTITUTO RIO BRANCO**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
INSTITUTO RIO BRANCO

IRBR  
327(079)"1996"  
G9.3e

0307/99



ex.2

L0000000307

1996



Ac 1463  
R 3693

O presente Guia de Estudos reúne informações úteis para os candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores.

Constam do Guia:

- o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso;
- os programas, a bibliografia sugerida e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, mantido o texto original do candidato, com eventuais incorreções e/ou deficiências; e
- como anexos, a legislação recentemente aprovada que cria o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I).

A bibliografia sugerida e a orientação para estudo incluídas neste Guia não têm cunho limitativo.

Brasília, dezembro de 1995.

IRBr  
327/029 ↑ 1996 ↑  
69434  
EX.02

## ÍNDICE

Edital .....	7
Programas, bibliografias, orientação para estudo e exemplos de prova .....	21
- Português .....	23
- Inglês .....	29
- Questões Internacionais Contemporâneas .....	37
- História do Brasil e Mundial Contemporânea .....	41
- Geografia .....	57
- Noções de Direito .....	71
- Noções de Economia .....	81
- Francês (recomendação) .....	91
Legislação .....	93
- Decreto presidencial que cria o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) .....	95
- Portaria ministerial que regulamenta o PROFA-I .....	97
- Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores que estrutura o PROFA-I .....	101

0307/99

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
INSTITUTO RIO BRANCO

EDITAL

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO faz público que estarão abertas, de 02 de janeiro a 16 de fevereiro de 1996, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos art. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, concurso que, segundo a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, obedecerá às instruções constantes do presente edital.

2. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata, de acordo com a ordem de classificação obtida, e no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), do Instituto Rio Branco (IRBr), regulamentado pela Portaria ministerial de 1º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

3. A aprovação no PROFA-I constitui condição essencial para a confirmação no Serviço Exterior, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado.

4. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria nº 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de agosto de 1991, que estabelece as condições de inabilitação, aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso.

5. É fixado em 30 (trinta) o número de vagas a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

## 1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições deverão ser feitas pessoalmente. Será permitida a inscrição por procuração, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, que ficará retida.

1.1.2. Seguem os endereços onde deverão ser feitas as inscrições:

### a) na sede do IRBr em Brasília:

- Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, térreo, Brasília - DF, CEP 70170-900, tels: (062)211-6184/6183/6646, fax: (061) 322-8355;

### b) nos Centros Regionais nas seguintes capitais:

- Belém: Ministério das Relações Exteriores, Av. Governador Malcher, 49, tels: (091)242-5932; 242-1043; fax: (091) 223-5506;

- Belo Horizonte: Departamento de História - UFMG; Av. Antônio Carlos, 6627, Cidade Universitária; Pampulha; tel: (031)499-5045; fax: (031) 499-5060;

- Campo Grande: Centro de Ciências Humanas e Sociais - UFMS; Rua 9 de Julho, 1536; Vila Ipiranga; tels: (067) 787-2160 e 787-3311; fax: (067) 787-2160;

- Curitiba: Rua 15 de Novembro, 1457; tel: (041) 232-3170; fax: (041) 232-5233;

- Florianópolis: Departamento de Aquicultura - UFSC; tel: (048) 228-8293; fax: (048) 234-4069; 228-8293 e 222-2095; Celular: (048) 972-2745;

- Fortaleza: Coordenadoria de Assuntos Internacionais - UFC; Av. da Universidade, 2853; Benfica; tels: (085) 281-5383; 283-3115 e 281-7630; fax: (085) 281-5383 e 283-3115;

- Manaus: Faculdade de Educação - UFAM; Rua General Otávio Jordão Ramos, 3000; Campus Universitário; Coroado; tel: (092) 644-2244; fax: (092) 644-2462; Celular: (092) 982-2662;

- Porto Alegre: COPERSO - UFRS; Av. Paulo Gama, 110; Anexo I da Reitoria; tel: (051) 228-1633 ramais 3114 e 3633; fax: (051) 224-3432 e 227-2295;

- Recife: Rua do Hospício, 371; Bloco "C" - 2º andar; tel: (081) 222-4524 ramal 24; fax: (081) 222-0082;

- Rio de Janeiro: Secretaria de Recepção e Apoio, Palácio Itamaraty,

Av. Marechal Floriano, 196; tel: (021) 516-1744; fax: (021) 263-9571;  
 - Salvador: Pró-Reitoria de Extensão - UFBA; Av. Araújo Pinho, 32; Canela; tels: (071) 336-9106; 237-7044; fax: (071) 336-9299; e  
 - São Paulo: FUNAG; Memorial da América Latina; Av. Mario de Andrade s/nº; Barra Funda; tel: (011) 823-9668; fax: (011) 823-9685;

### c) no Exterior:

- nas Embaixadas, Missões Diplomáticas ou Repartições Consulares Brasileiras.

1.2. **Taxa de inscrição:** a taxa de inscrição é de R\$ 30,00 e deverá ser depositada na conta 55578018-X, da Agência Itamaraty (15032), do Banco do Brasil S.A. (Banco 1), em Brasília, em favor da Fundação Alexandre de Gusmão, com a qual o IRBr mantém convênio de cooperação. Em nenhuma hipótese, será restituída ao candidato.

1.3. **Requisitos:** os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

- a) ser brasileiro nato, conforme o Art. 12, § 3, V, da Constituição;
- b) contar com mais de 21 (vinte e um) anos na data do teste de pré-seleção e menos de 35 na data da última prova, nos termos do Art. 39, parágrafo único, da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, podendo inscrever-se, portanto, os nascidos entre 4 de julho de 1961 e 28 de março de 1975);
- c) estar em dia com o serviço militar;
- d) estar em dia com suas obrigações de eleitor;
- e) ter bons antecedentes; e
- f) haver concluído, antes da inscrição, curso superior de graduação plena, reconhecido.

1.4. **Candidatos casados:** o candidato casado deverá apresentar, com os outros documentos exigidos na forma do item 3.3., certidão de casamento e formulário de dados pessoais do cônjuge. Se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

1.5. **Local das provas:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá declarar o local onde deseja realizar as provas da Primeira Fase, dentre as opções relacionadas nas alíneas "a" e "b" do item 1.1. acima.

1.6. **Documentação:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá apresentar:

- a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer a todas as condições exigidas;
- b) o original e fotocópia da carteira de identidade; e
- c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário).

1.7. Depois de inscrito, o candidato receberá 1 (um) exemplar do Guia de Estudos, em que se contém a legislação, o programa e informações relativos ao Concurso.

1.8. Respeitadas as exigências deste Edital, o Diretor do IRBr dará deferimento aos pedidos de inscrição em edital a ser publicado no Diário Oficial da União até uma semana antes do início da Primeira Fase do Concurso.

**1.9. Normas gerais:**

- a) sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;
- b) não haverá segunda chamada de prova alguma;
- c) as provas escritas serão feitas com caneta preta ou azul;
- d) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova;
- e) será eliminado o candidato que (i) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista, (ii) agir com incorreção ou descortesia, (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada, e (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;
- f) será desqualificada a prova que apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;
- g) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso; e
- h) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

**2. DAS PROVAS DA PRIMEIRA FASE**

2.1. **Local:** as provas da Primeira Fase serão realizadas simultaneamente na sede do IRBr, em Brasília, e nas cidades mencionadas na alínea "b" do item 1.1. acima.

2.2. **Horário:** as provas terão início às 09:00h, hora de Brasília, e terão a duração de 5 (cinco) horas.

2.3. **Provas:** serão realizadas três provas nesta fase, a saber:

- a) Teste de pré-seleção, no dia 29 de março de 1996;
- b) Português, no dia 30 de março de 1996; e
- c) Inglês, no dia 31 de março de 1996.

**2.4. Teste de pré-seleção:**

O Teste de pré-seleção (TPS) visa a identificar o grupo de candidatos, cujos interesses e conhecimentos médios mais se aproximam dos que deverão ser desenvolvidos no IRBr no processo de formação e aperfeiçoamento do diplomata brasileiro.

As questões versarão sobre temas da cultura brasileira e ocidental e da atualidade. Poderão proceder dos programas das demais matérias do Concurso e, também, cobrar raciocínio lógico e analítico.

Será um teste de múltipla escolha, com 100 (cem) questões e 5 (cinco) opções de resposta a cada uma. Apenas uma resposta será a correta a perguntas claramente formuladas.

Da aprovação nesta prova dependerá a correção das provas de Português e Inglês.

Os critérios de avaliação do TPS privilegiarão o nível médio dos candidatos, segundo fórmula aplicada pela FUVEST, da Universidade de São Paulo, que, a partir de parâmetros básicos para a correção, distingue um conjunto mais homogêneo de aprovados.

Os parâmetros básicos que o IRBr aplicará são:

- a nota de referência é 40 sobre 100; e
- o número de provas de Português e Inglês a serem corrigidas é, idealmente, 150, isto é, cinco vezes o número total de vagas abertas pelo Concurso.

Com base nesses parâmetros, aplicar-se-ão as seguintes fórmulas:

$$F = 1,25D + 0,5$$

$$N = 150F$$

onde N é o número de provas de Português e Inglês a serem efetivamente corrigidas, e D corresponde ao resultado da divisão do número de pontos obtidos pelo 150º candidato pelo número total de pontos possíveis no TPS (100), isto é:

$$D = \frac{\text{nota (pontos obtidos) do 150º candidato}}{\text{nota máxima possível (100)}}$$

Os coeficientes numéricos que aparecem na definição do fator F foram escolhidos de modo que F seja igual a 1 se D for igual a 0,4, isto é, se a nota (pontos obtidos) do 150º candidato for igual a 40. Neste caso, os 150 primeiros candidatos no TPS terão suas provas de Português e Inglês corrigidas.

Sendo a nota do 150º superior ou inferior a 40, o fator F será superior ou inferior a 150. Se, por exemplo, a nota do 150º for 50, F valerá 1,125, e serão corrigidas N = 169 provas daquelas duas matérias. Se a nota do 150º for 30, F valerá 0,875, e somente serão avaliadas de Português e Inglês de N = 131 candidatos.

Como podem ocorrer empates, garante-se que todos os que obtiverem a mesma nota que o N-ésimo terão suas provas seguintes corrigidas.

Os critérios da FUVEST subordinam o resultado ao desempenho médio do grupo de candidatos. É o grupo que determina o número de candidatos cujas provas seguintes ao TPS serão corrigidas. Em outras palavras, a nota de corte passa a depender não mais do universo de candidatos, nem de uma nota mínima fixa, mas do índice médio de desempenho.

Depois da prova de Inglês, o IRBr divulgará o gabarito do TPS e, antes de anunciar os resultados da Primeira Fase do Concurso, informará o fator F finalmente calculado, em função da nota obtida pelo 150º classificado no TPS, e, por conseguinte, o número de provas (N) de Português e Inglês de fato corrigidas.

### 2.5. Português:

A prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

### 2.6. Inglês:

A prova escrita de Inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor: 60 pontos), e versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

**2.7. Resultados:** os resultados da Primeira Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília, às 14:00h do dia 06 de maio de 1996, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até as 18:00h desse mesmo dia;

**2.8. Aprovação:** serão considerados aprovados na Primeira Fase do Concurso os candidatos que, aprovados no Teste de pré-seleção, obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinquenta), na de Inglês. O candidato que entregar uma prova em branco estará automaticamente eliminado da prova subsequente.

**2.9. Recursos:** os candidatos terão direito à vista de provas e revisão de notas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando solicitados pelos próprios candidatos — não se aceitando, portanto, procurador para esse fim — e sempre nos locais de realização das provas;

b) os recursos serão requeridos em formulário próprio, fornecidos pelo IRBr;

c) só cabem recursos aos resultados das provas de Português e Inglês,

estando excluído, por sua natureza, o Teste de pré-seleção;

d) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

e) os requerimentos deverão ser apresentados até as 18:00h do dia 08 de maio, em Brasília, e até as 18:00h, hora de Brasília, do dia 10 de maio, nos Centros Regionais;

f) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

g) o julgamento do recurso terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva; e

h) os resultados dos recursos e, portanto, o resultado final da Primeira Fase serão anunciados até as 18:00h do dia 15 de maio de 1996 na sede do IRBr, em Brasília, e imediatamente mandados para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para a Segunda e Terceira Fases do Concurso.

### 3. DAS PROVAS DA SEGUNDA FASE

**3.1. Objetivo:** a Segunda Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais, exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do Art. 7º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria nº 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr.

**3.2. Local:** a Segunda Fase realizar-se-á em Brasília, nos endereços a serem indicados pela Direção do IRBr no ato da matrícula;

a) os candidatos, que tiverem feito as provas da Primeira Fase nos Centros Regionais, receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília e auxílio em dinheiro a partir da data do início da Segunda Fase até quando se justificar sua presença na Capital Federal em função do Concurso.

**3.3. Matrícula:** a concessão da matrícula na Segunda Fase do Concurso estará condicionada à apresentação dos seguintes material e documentos à Secretaria do IRBr:

a) três retratos 3x4;

b) original e uma fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor atualizado, (iv) diploma ou certificado de conclusão, antes da data de inscrição na Primeira Fase do Concurso, de curso superior de graduação plena, reconhecido e (v), se casado, os documentos mencionados no item 1.4. acima;

A falta de qualquer desses documentos acarretará a eliminação do candidato.

**3.4. Data:** a Segunda Fase terá início no dia 27 de maio de 1996, em horário e calendário a serem comunicados no ato da inscrição.

**3.5. Junta de avaliação:** Conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos um a Junta de Avaliação presidida pelo chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência de clínica geral e de psiquiatria, respectivamente, designados pelo Diretor do IRBr. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o "aprovado" ou "reprovado". Estes resultados serão publicados no Diário Oficial União, e o IRBr informará a cada candidato reprovado, em particular, o fundamento da sua reprovação. Os candidatos reprovados não serão admitidos às provas da Terceira Fase.

**3.6. Resultados:** os resultados da Segunda Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília, no dia 05 de junho de 1996.

**3.7. Recursos:** O candidato reprovado terá direito à recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, dentro de 24 horas a contar da notificação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta por quatro membros: (i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado à Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Com base na reavaliação efetuada, a junta emitirá um laudo definitivo, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o submeterá, com seu parecer, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecorrível. Durante o processo de reavaliação, o candidato reprovado fará, condicionalmente, às provas da Terceira Fase, mas o candidato cuja reprovação na Segunda Fase for confirmada será excluído do Exame de Admissão. Se o desejar, o candidato reprovado poderá designar, por sua

conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua desconformidade com a avaliação inicial.

#### 4. DAS PROVAS DA TERCEIRA FASE

4.1. **Local e calendário:** as provas da Terceira Fase do Concurso realizar-se-ão no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, entre os dias 06 de junho e 05 de julho, assim distribuídas:

- a) Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês, dos dias 06 a 08 de junho de 1996, em grupos alternados;
- b) História, em 14 de junho;
- c) Geografia, em 21 de junho;
- d) Noções de Direito, em 28 de junho; e
- e) Noções de Economia, em 05 de julho.

4.2. **Das provas orais:** as provas de Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês serão orais;

a) Questões Internacionais Contemporâneas:

i - a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e a posição do Brasil;

ii - na arguição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e organizar sua exposição, bem como a forma como o fará, do ponto de vista tanto da articulação, como da apresentação pessoal;

iii - a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

iv - o candidato sorteará três temas e terá 15 (quinze) minutos para preparar sua exposição sobre um deles; e

v - a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da bibliografia sugerida.

b) **Inglês:**

i - o objetivo da prova é o de verificar a fluência, a correção e a capacidade de expressão do candidato na língua inglesa;

ii - a Banca Examinadora avaliará, também, a capacidade de reflexão do candidato sobre os temas tratados;

iii - o candidato sorteará três textos e terá 15 (quinze) minutos para preparar um deles, podendo recorrer a dicionário bilingüe, posto à disposição pelo IRBr; e

iv - a arguição constará de leitura em voz alta do texto selecionado, no todo ou em parte, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de termos e questões sobre pontos que vierem a ser suscitados pelo texto.

c) **Aprovação:** será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima 50 (cinquenta) em cada uma;

d) **Resultados:** os resultados das provas orais serão divulgados pela Secretaria do IRBr no dia 10 de junho de 1996;

e) **Recursos:**

i - o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua arguição, mas não copiá-la, e, se o fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

ii - os requerimentos deverão ser apresentados até as 13:00h do dia 11 de junho de 1996, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr; e

iii - o resultado dos recursos será anunciado até as 18:00h do dia 13 de junho de 1996 e terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

f) O candidato reprovado nas provas orais será eliminado do Concurso.

4.3. **Das provas escritas:** as provas de História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas :

a) terão a duração de cinco horas cada uma;

b) serão compostas de cinco pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada;

c) nas provas de História e Geografia, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil;

d) na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a textos legais quando expressamente autorizada, circunstância em que serão fornecidos pela Direção do IRBr;

e) a nota mínima exigida em cada uma das provas escritas é 40 (quarenta).

f) a reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso; e

g) o calendário do anúncio dos resultados e dos recursos, respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, é o seguinte:

Prova	Anúncio do resultado (13:00h)	Apresentação de recursos (até 18:00h)	Resultado final (até 18:00h)
História	17/6/96	18/6/96	20/6/96
Geografia	24/6/96	25/6/96	27/6/96
N. Direito	1º/7/96	02/7/96	04/7/96
N. Economia	08/7/96	09/7/96	12/7/96

#### 4.4. Resultado final do Concurso:

a) será considerado aprovado no Concurso o candidato que obtiver, além das notas mínimas exigidas em cada prova da Terceira Fase, média global igual ou superior a 60 (sessenta);

b) o resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, até as 14:00h do dia 15 de julho de 1996, e imediatamente mandado para publicação no Diário Oficial da União, para efeitos de nomeação no Serviço Exterior;

c) a ordem de classificação no Concurso determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata e matrícula automática no PROFA-I;

d) o Diretor do IRBr informará a data da nomeação e da posse no Serviço Exterior, bem como do início do PROFA-I; e

e) uma vez nomeados, os aprovados no Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, na data determinada pelo Diretor do IRBR, iniciando imediatamente as atividades introdutórias do PROFA-I; e

f) o início do efetivo exercício com a obrigatoriedade das atividades do PROFA-I dar-se-á 30 (trinta) dias após a posse.

## 5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata) nas provas da Segunda e Terceira Fases do Concurso.

## 5.2. Identificação e Divulgação dos Resultados:

As provas escritas serão corrigidas sem a identificação do candidato, a qual será feita publicamente na sede do IRBr, em Brasília.

Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de pré-seleção serão dadas em formulário de leitura ótica, e as provas de Português e Inglês terão talões destacáveis.

Na Terceira Fase, os talões serão imediatamente destacados após cada prova escrita.

Em ambos os casos, os talões permanecerão em invólucro fechado até o momento da identificação pública e divulgação dos resultados.

5.3. Aceitação das Normas do Edital: O requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

André Mattoso Maia Amado

**Programas**

**Bibliografias**

**Orientação para estudo**

**Exemplos de prova**

**Português**

**Inglês**

**Questões Internacionais Contemporâneas**

**História do Brasil e Mundial Contemporânea**

**Geografia**

**Noções de Direito**

**Noções de Economia**

## PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

### Programa

1. Conceitos básicos da ciência linguística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação linguística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.
2. Intelecção e produção de textos: compreensão textual; domínio da modalidade escrita e da norma culta da língua portuguesa; coesão e coerência; intertextualidade.
3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.
4. Noções de estilística.

### Bibliografia sugerida

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática da língua portuguesa, Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1976.
- . Lições de português pela análise sintática, Padrão, Rio de Janeiro, 1977.

- BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. Novo dicionário da língua portuguesa, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
- CAMARA JR., J. Mattoso. Dicionário de lingüística e gramática, Vozes, Petrópolis, 1977.
- CARRAHER, David W. Senso Crítico: do dia-a-dia às ciências humanas, Pioneira, São Paulo, 1983.
- CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. Moderna gramática do português contemporâneo, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.
- FERNANDES, Francisco. Dicionário de verbos e regimes. Ed. Globo, Rio de Janeiro.
- . Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos. Editora Globo, Rio de Janeiro.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.
- KURY, Adriano da Gama. 1000 perguntas: português, Editora Rio, Rio de Janeiro, 1983.
- . Ortografia, pontuação e crase, MEC, Rio de Janeiro, 1988.
- LAPA, Manuel Rodrigues. Estilística da língua portuguesa, Martins Fontes, São Paulo, 1982.
- SAVIOLI, Francisco e Fiorin, José Luiz. Manual do Candidato - Português, FUNAG, Brasília, 1995.

A partir de 1996, as provas escritas de português terão formato novo, de modo que os modelos de anos anteriores não são reproduzidos neste Guia. Um exemplo de como poderá ser a prova é dado a seguir:

#### Exemplo de prova de Português

Leia os textos que se seguem.

#### O campus cai no samba

O samba entrou para a universidade e formou seu bloco entre a comissão dos acadêmicos e a ala da comunidade: sob o comando do sociólogo Sérgio Murilo, a Golfinhos da Guanabara - a primeira escola de samba mirim da Zona Sul - fincou estandarte no campus da Praia Vermelha da UFRJ e está iniciando um projeto de educação ambiental, cênica e cultural.

- Passei pela Flor do Amanhã e pelo Projeto Devenir tentando implantar esse trabalho. Que agora parece que vai levantar vôo. O samba é um valor muito forte entre as pessoas do Rio e é o elo perfeito para a universidade se desenvolver em conjunto - opina Murilo, que atraiu o professor **Joel Rufino dos Santos** para ser o presidente de honra da escola.

Tocando o enredo "Oba! É carnaval!", para o desfile do ano que vem, as mais de mil crianças da escola terão esta semana sua primeira participação no dia-a-dia da universidade: serão estrelas de um vídeo que alunos da Escola de Comunicação farão para o Festival do Minuto.

O Globo, julho de 1995.

#### Educação em vista de um pensamento livre

Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará, assim, uma máquina utilizável, mas não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto. A não ser assim, ele se assemelhará, com seus conhecimentos profissionais, mais a um cão ensinado do que a uma criatura harmoniosamente desenvolvida. Deve aprender a compreender as motivações dos homens, suas quimeras e suas angústias para determinar com exatidão seu lugar (...) em relação a seus próximos e à comunidade.

Estas reflexões essenciais, comunicadas à jovem geração graças aos contatos vivos com os professores, de forma alguma se encontram escritas nos manuais. É assim que se expressa e se forma de início toda a cultura. Quando aconselho com ardor "as Humanidades", quero recomendar essa cultura viva, e, não, um saber fossilizado, sobretudo em história e filosofia.

Os excessos do sistema de competição e de especialização prematura, sob o falacioso pretexto de eficácia, assassina o espírito, impossibilitam qualquer vida cultural e chegam a suprimir os progressos nas ciências do futuro. É preciso, enfim, tendo em vista a realização de uma educação perfeita, desenvolver o espírito crítico na inteligência do jovem. Ora, a sobrecarga do espírito pelo sistema de notas entrava e necessariamente transforma a pesquisa em superficialidade. O ensino deveria ser assim: quem o receba o recolha como um dom inestimável, nunca como uma obrigação penosa.

Albert Einstein. Como vejo o mundo.

## Aristarco

O Dr. Aristarco Argola de Ramos, da conhecida família do Visconde de Ramos, do Norte, enchia o império com o seu renome de pedagogo. (...)

Nas ocasiões de aparato é que se podia tomar o pulso ao homem. Não só as condecorações gritavam-lhe do peito como uma couraça de grilos: Ateneu! Ateneu! Aristarco todo era um anúncio. Os gestos, calmos, soberanos, eram de um rei - o aristocrata excelso dos silabáreis; a pausa hierática de andar deixava sentir o esforço, a cada passo, que ele fazia para levar adiante, de empurrão, o progresso do ensino público. (...)

Em suma, um personagem que, ao primeiro exame, produzia-nos a impressão de um enfermo, desta enfermidade atroz e estranha: a obsessão da própria estátua. (...)

Enveredando pelo tema querido do elogio próprio e do *Ateneu*, ninguém mais pôde falar...

Aristarco, sentado, de pé, cruzando terríveis passadas, imobilizando-se a repentes inesperados, gesticulando como um tribuno de *meetings*, clamando como para um auditório de dez mil pessoas, majestoso sempre, alçando os padrões admiráveis, como um leiloeiro, e as opulentas faturas, desenrolou, com a memória de uma última conferência, a narrativa dos seus serviços à causa santa da instrução. Trinta anos de tentativas e resultados, esclarecendo como um farol diversas gerações agora influentes no destino do país! E as reformas futuras?

Não bastava a abolição dos castigos corporais, o que já dava uma benemerência. Era preciso a introdução de métodos novos, supressão absoluta dos vexames de punição, modalidades aperfeiçoadas no sistema das recompensas, ajeitação dos trabalhos, de maneira que seja a escola um paraíso; adoção de normas desconhecidas cuja eficácia ele pressentia, perspicaz como as águias. Ele havia de criar... um horror, a transformação moral da sociedade!

Raul Pompéia. *O Ateneu*.

## Professor

Comecei com o pé esquerdo meu primeiro dia de professor. Sempre temi o ridículo. E a tal ponto, que esse temor, forma paroxística de minha timidez, costuma atuar em minha vida como uma bússola negativa, a orientar para o avesso meus atos. Faz-me viver de pé atrás com o mundo, torna-me

arredio e suspicaz, quando poderia confiar, ou, em virtude de viva reação, leva-me a ousar e avançar, em circunstâncias que aconselhariam retraimento. Enfim, põe-me fora do centro de gravidade.

E foi precisamente o ridículo (ele me acompanha como um demônio arrimadiço) que me estragou a aula inaugural.

A hesitação que experimentei ao entrar na sala e o ar canhestro que devia ter já haviam despertado, entre as alunas, desses sorrisos sorrateiros que a gente percebe por um sentido oculto, sem precisar de olhar os circunstantes. Mas a vexatória situação culminou foi no momento em que abri, atarantadamente, o livro de chamada e fiquei a estropiar nomes e a gaguejar, provocando hilaridade geral. (...) Passou a impressão desagradável do episódio ocorrido na primeira aula. Nos dias que se seguiam, ou por temerem a *surveillante* ou por terem dado outro rumo às suas maquinações, as diabretes do Colégio já não me hostilizaram. (...)

Por outro lado, parece que não vou mal no curso. Pelo menos, a diretoria se mostra satisfeita. Nas primeiras aulas, com o fito de conquistar o inimigo, tentei causar sensação, recorrendo a frases de efeito. Que me seja perdoado este pecado contra a dignidade intelectual. Foi o recurso extremo de um homem em apuros. Cometi também erros de técnica, preparei-me como se fosse lecionar na *Ecole Normale Supérieure* de Paris, e não num curso secundário de província. Em vez de me cingir ao que dizem os compêndios, como em geral fazem os professores, aprofundi o assunto, varejei livrarias, vasculhei bibliotecas. Tratei, como coisa familiar, problemas literários de cuja existência as alunas nem sequer suspeitavam.

Embora dessem mostras de interesse, vislumbrando em minhas dissertações um mundo que desconheciam, percebi, com alguns dias, que o nível intelectual do auditório não alcançava o das preleções.

Adaptei-me, agora, à turma, conheço a linguagem que convém ao professor, acostumei-me a repetir palavras e a repisar noções, para dar tempo a que sejam assimiladas.

Cyro dos Anjos. *Abdias*.

Elabore um resumo dos dois textos literários, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

Desenvolva o tema que se segue, em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos):

A Educação e o pensamento livre

## Orientação para estudo

No exame de português, afere-se a capacidade que o candidato possui de entender, isto é, de ler, de compreender e de criticar textos escritos pertencentes às diversas variedades da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova implica o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa, e seletiva, que constituem a inteligência dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade - a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova. Só então o candidato estará preparado para sintetizar o que leu e produzir o resumo.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação ao texto ou textos originais: nele indicam-se o tema geral, os autores, as fontes bibliográficas e demais circunstâncias relevantes.

O gênero do resumo é o da prosa expositiva; o resumo de uma narrativa ou de um poema, por exemplo, não deve ser redigido nestes gêneros, mas em forma de relato ou de descrição do assunto ou fato. Além disso, o resumo não pode incluir dados ou interpretações que não constem nos originais. Cabe recordar que resumo não é paráfrase. Deve conter o que é essencial e omitir o que é acessório ou secundário. Finalmente, o resumo deverá ter extensão correspondente a um quarto do texto ou textos originais.

A capacidade de avaliação e, por último, a criatividade são requisitos para a redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso.

Embora não se imponha preferência do estilo da redação, o candidato escreverá um pequeno ensaio, no qual deverá revelar, de modo pertinente e adequado, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento do pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias identificadas nos textos transcritos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo quanto na redação, o candidato deverá evidenciar pleno domínio da modalidade culta da língua portuguesa.

## INGLÊS

A prova escrita de inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor: 60 pontos), e versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

### Bibliografia sugerida

1. For vocabulary and general information, three weekly magazines are readily available in most large Brazilian towns:

*Time Magazine;*

*Newsweek;*

*The Economist.*

Since articles in these magazines frequently cover the same topics as Brazilian magazines such as *Isto É*, *Veja*, and *Exame*, prospective candidates may find it helpful to compare texts on similar issues.

2. Basic reference works:

- 2.1. English dictionaries:

*The Longman Dictionary of Contemporary English*, Longman, London.

*The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English*, Oxford University Press, Oxford.

*The Concise Oxford Dictionary*, Oxford University Press, Oxford.

*Webster's Collegiate Dictionary*.

*The Random House College Dictionary*, Random House, New York.

*Language Activator*, Longman, London.

*Roget's Thesaurus*, Longman, London.

- 2.2. Translation dictionaries:

HOUAISS, A. *Dicionário Inglês-Português*, Record, Rio de Janeiro.

TAYLOR, J.L. *Portuguese-English Dictionary*, Record, Rio de Janeiro.

*Novo Michaelis: Inglês-Português, Português-Inglês, Melhoramentos*, São Paulo.

### 2.3. Grammar & Usage:

FRANK, M. *Modern English*, Englewood-Cliffs, Prentice Hall [Plus the useful accompanying exercise books].

SANTOS, Agenor Soares dos. *Guia Prático da Tradução Inglesa*, Cultrix, São Paulo.

SWAN, M. *A Practical English Usage*, Oxford University Press, Oxford.

THOMPSON, A.J. & MARTINET, A. V. *A Practical English Grammar*, Oxford University Press, Oxford.

*Comprehensive Grammar of the English Language*, Longman, London.

### 3. Larger reference works:

*Oxford English Dictionary*, Oxford University Press, Oxford.

*Webster's Third International Dictionary*.

*The Random House Dictionary of the English Language*, Random House Inc, New York.

### Temas de redação de concursos anteriores

1990

"Men in great place are thrice servants: servants of the Sovereign or State, servants of fame and servants of business... It is a strange desire to seek power and to lose liberty: or to seek power over others and to lose power over a man's self".

1991

"Throughout history the political influence of nations has been roughly correlative to their military power. While States might differ in the moral worth and prestige of their institutions, diplomatic skill could augment but never substitute for military strength. In the final reckoning, weakness has invariably tempted aggression and impudence brings abdication of policy in its train. Some lesser countries have played significant roles on the world scale for brief periods, but only when they were acting in the secure framework

of an international equilibrium. The balance of power, a concept much maligned in American political writing - rarely used without being preceded by the pejorative 'outdated' - has in fact been the precondition of peace. A calculus of power of course, is only the beginning of policy; it cannot be its sole purpose. The fact remains that without strength even the most elevated purpose risks being overwhelmed by the dictates of others".

Henry Kissinger, *White House Years*.

1992

Negotiation has been defined as a form of interaction through which individuals, organizations and governments explicitly try to arrange (or pretend to do so) a new combination of their common and conflicting interests.

Write a dissertation on negotiation, highlighting its role in diplomacy.

1993

"Science is the search for truth - it is not a game in which one tries to beat his opponent, to do harm to others. We need to have the spirit of science in international affairs, to make the conduct of international affairs the effort to find the right solution, the just solution of international problems, not the effort by each nation to get the better of other nations, to do harm to them when it is possible."

(Linus Carl Pauling)

1994

"Two cheers for democracy: one because it admits variety and two because it permits criticism".

### Exemplo de prova no Concurso de 1995 Maria Clara de Abreu Rada Jurgens - 83,00

I - Composition: Comment on the following quotation:

"When I am abroad, I always make it a rule never to criticise or attack the government of my own country. I make up for lost time when I come back."

(Sir Winston Churchill)

*At a first glance at Winston Churchill's statement, quoted above, one may be led to believe that the former British Prime Minister was simply rephrasing the saying: "Dirty laundry is to be washed at home, never in public", yet there are more implications to his remark than merely jest. He here expresses his understanding of three major concepts of political life: the role of the diplomat, external affairs versus internal affairs, and the Sovereignty of the State.*

*At the external level of affairs in political life, these three concepts are often intertwined. It is the diplomat's role to be aware of what may be said, when abroad, and what must be omitted with regard to his or her country. Not rarely does a country's foreign policy reflect an internal problem it may be undergoing, but the diplomat must convey the impression that these problems are no hindrance to the furthering of the negotiations with another country. He may often feel he walks on a razor's edge while attempting to push forward his country's interests, and that, if he slips, he will be responsible for its loss of face. Churchill sees the diplomat as the politician who must know the right time and place to say things.*

*External and internal affairs are to be understood as two different government spheres of action. When abroad it is at the level of external governmental policies that negotiations are to be undertaken, regardless of whether or not internal conflicts or problems exist. In foreign affairs, it is the State as a whole that is being represented, and not various interests of divergent segments of its society. Churchill notes that, even if there are reasons to criticize his government, it is only appropriate to do so at the level of internal affairs.*

*It is also an issue of State Sovereignty not to bring up a nation's internal problems to the level of foreign affairs. A country's government alone is responsible for its political decisions, and can be judged solely by its people. By bringing these problems to another country, it is allowing an alien to the process to interfere in the natural course of events. There can be no hierarchy between nations. Each must be responsible for its own business.*

*Mr. Churchill was thus not simply suggesting that he was behaving as a polite guest to a foreign host, when choosing not to criticize his own government abroad. On the contrary, he was defending the principles of valuable political concepts.*

## 2. Translate into English:

Deus, Fé e Política



A religiosidade brasileira é peculiar e define bem a natureza do país. Funciona a fogo brando. Somos o país do sujeito convencido de que é católico, sem a menor ponta de dúvida, mas só vai à Missa do Galo, mesmo assim levado pela mulher; não tem noção severa de pecado; escolhe dos Mandamentos o que quer ou não cumprir (sempre excluindo o sexto e o nono, evidentemente...); decide em que vai acreditar (sempre mais ou menos), e não sente grande compulsão de coerência interior.

Mas que é religioso, é. E de uma religião sem trágicos traumas, nem a obsessão da morte. Nunca com a paixão espanhola, a praticidade anglo-saxã ou a profundidade germânica. Que nossa religiosidade é menos envolvente que em outras culturas ocidentais, provam-nos alguns fatos. Nos países anglo-saxões, por exemplo, a ação de graças antes das refeições, quer na família, quer em público, é hábito entre nós quase inexistente. Não temos grupos religiosos holísticos, como os puritanos, os quakers, os mormons e os amish, nos quais a religião molda totalitariamente o comportamento social e político. Há, entre nós, uma grande carência de vocações missionárias. O Brasil é importador e não exportador de missionários. Por último, há uma séria escassez de santos canonizáveis, o que não deixa de ser embaraçoso no Brasil de hoje, a maior nação católica do mundo.

Em nossa religião camarada, Deus é quase um membro da família. Um pai tolerante, muito ocupado com outras coisas, mas a quem se recorre num aperto. O poeta alemão, o francófilo Heine, apreendeu bem este sentimento, mais latino que germânico: "Deus me perdoará, é seu ofício". Os santos são uma espécie de "conhecidos", a quem dá para pedir um dinheiro emprestado, e esquecer discretamente de pagar. E o espírito de barganha nunca está longe: tome promessa para tudo; para ganhar no bicho, e, se duvidar, até para conhecer bíblicamente a mulher do próximo. Herdamos dos avôs portugueses uma religiosidade familiar, doce e superficial, que o carinhoso culto do Menino Jesus ilustra bem.

*God, Faith and Politics*

*Brazilian belief is peculiar and well defines the country's nature. It functions mildly. We are the country of the man who is convinced he is a*

*Catholic - without a shadow of doubt - yet goes just to Midnight Mass, still only because his wife takes him along; who has no severe notion of sin; who chooses from the Commandments those he wishes to obey or not (evidently always leaving out the sixth and the ninth); who decides what he will believe in (always more or less); and who feels no strong need for internal coherence.*

*Yet he is religious. A kind of religion without tragic traumas or an obsession with death. Never with the Spanish passion, the Anglo-Saxon sense of practicality, or the German depthness. That our belief is less involving than those of other western cultures, there are a few facts that prove it. In Anglo-Saxon countries, for example, the act of thanks giving before meals, within the family circle or in public, is an almost non-existing habit among us. We have no holistic religious groups like the Puritans, the Quakers, the Mormons and the Amish whose religion molds, in a totalitarian way, both social and political behavior. There is among us a great deficit of missionary vocations. Brazil is an importer, not an exporter, of missionaries. Lastly, there is a serious scarcity of candidates for canonization as saints, which is embarrassing in today's Brazil, the largest Catholic country in the world.*

*In our friendly religion, God is almost one of the family. A tolerant father, too busy with other things, yet to whom one turns when in need. The German poet, Heine, captured this more Latin than Germanic feeling well: "God shall forgive me, it is His business". Saints are like "good acquaintances" from whom one may borrow money, and discreetly forget to pay back, and the bargaining spirit is never far away: all sorts of promises are made in exchange for blessings: be them for winning in the lottery and even, no doubt, for getting to know the wife of your neighbor in the biblical way.*

*We inherited from our Portuguese grandfather a family-like belief, sweet and superficial, well illustrated by the tender cult to the infant Jesus.*

### Orientação para estudo

#### - Composition:

The examiners expect advanced knowledge of English and an ability to put it to effective use in a well-planned composition. There are 60 marks for the composition, allocated as follows:

**Grammatical accuracy (30 marks):** Here the examiners assess the correctness of the writing. One mark is deducted for each serious mistake and half a mark for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will normally score zero for the entire composition.

**Plan and development of ideas (15 marks):** There are three main considerations here:

- 1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;
- 2) the relevance of ideas to the subject of the composition;
- 3) appropriate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas as one of their main criteria, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Passages which appear to have been learnt by heart purely for the purpose of the examination may well be penalized.

**Quality of language (15 marks):** Marks are awarded under this item on a positive basis for items of good idiomatic English, sophisticated constructions and a display of broad-ranging vocabulary.

Candidates who merely write correct English at a very elementary level may score zero in this section.

#### - Translation

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of a text in Portuguese, points being deducted for both grammatical errors and bad style, should the latter interfere with the reading of the text.

### Prova oral

Na prova oral de Inglês, já na Terceira Fase do Concurso, o candidato deverá ler texto sorteado e responder às questões formuladas pelos examinadores. Disporá de cerca de 15 (quinze) minutos para preparar sua prova, podendo recorrer a um dicionário unilíngüe posto à sua disposição pelo Instituto Rio Branco.

A arguição constará de leitura em voz alta do texto sorteado, no todo ou em parte, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, definição da significação de termos, e respostas a questões suscitadas pelo texto.

#### Orientação para o exame oral

At the oral examination, candidates are assessed on diction, pronunciation, fluency, grammatical accuracy, vocabulary, and ability to comprehend the text and discuss the topics, and communicate.

#### QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova oral de Questões Internacionais Contemporâneas terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e a posição do Brasil.

Na arguição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e organizar sua exposição, bem como a forma como o fará, do ponto de vista tanto da articulação, como da apresentação pessoal.

A Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas.

O candidato sorteará três temas e terá 15 (quinze) minutos para preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente, ampliar o tema inicialmente tratado.

#### Exemplos de temas para a prova oral

Os temas listados abaixo são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é recomendável a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente e deve ser complementado pelo estudo de obras e artigos de especialistas em relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências do Ministro de Estado das Relações Exteriores, bem como a Carta das Nações Unidas, a "Agenda para a Paz" e a "Agenda para o Desenvolvimento".

- O cenário mundial pós-Guerra Fria: novas fontes do poder internacional, nova agenda global, nova configuração político-estratégica e econômico-comercial.
- A inserção do Brasil no cenário pós-Guerra Fria.
- O processo de formulação da política externa na era da globalização.

- A redefinição do papel do Estado-nação nas relações internacionais pós-Guerra Fria.
- A reforma da ONU. A questão do Conselho de Segurança.
- Os novos temas globais: meio ambiente, direitos humanos, população, combate ao crime organizado, migrações.
- O tema do desenvolvimento no mundo pós-Guerra Fria.
- A "Agenda para a Paz" e a "Agenda para o desenvolvimento" das Nações Unidas.
- A política externa brasileira e o meio ambiente.
- A política externa brasileira e os direitos humanos.
- A política externa brasileira e a evolução do quadro econômico internacional.
- Desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis.
- A política externa e as questões estratégicas.
- A política externa brasileira e o entorno regional. Aspectos econômicos: o MERCOSUL e a questão da integração.
- As relações com a Argentina.
- As relações com os EUA.
- As relações com os países em desenvolvimento. O caso da África.
- As migrações e suas repercussões nas relações internacionais.
- Diplomacia pública. A cidadania e a política externa.
- Relação entre dívida externa, comércio internacional e investimentos estrangeiros.
- Eficácia e legalidade das sanções internacionais como instrumento de política externa.
- O fundamentalismo islâmico: tendências e perspectivas.

### Bibliografia sugerida

#### a) Livros (\*):

- ARON, Raymond. Guerra e Paz entre as Nações, Editora da UNB, Brasília, 1983.
- FONSECA Jr., Gelson e Carneiro Leão, Valdemar (orgs.). Temas de Política

(\*) As publicações do IPRI/ FUNAG podem ser adquiridas (inclusive por via postal) no seguinte endereço: Fundação Alexandre de Gusmão - Ministério das Relações Exteriores - Anexo 2 - Térreo - 70170-900 Brasília, DF

- Externa Brasileira, FUNAG/ Ed. Ática, Brasília, 1989.
- FONSECA Jr., Gelson e Nabuco de Castro, Sérgio (orgs.). Temas de Política Externa Brasileira II (2 vol.), FUNAG/ Paz e Terra, Brasília, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos, Cia das Letras, São Paulo, 1995.
- KISSINGER, Henry. Diplomacy, Simon & Schuster, London-New York, 94.
- MAGNOLI, Demétrio. Manual do Candidato - Questões Internacionais Contemporâneas, FUNAG, Brasília, 1995.
- MORGENTHAU, Hans J. Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace, Alfred Knopf, New York.
- SEIXAS CORREIA, Luiz Felipe de (organizador, autor do prefácio e dos comentários). A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995) FUNAG, Brasília, 1995.
- WEISS, Th. G., Forsythe, D.P., e Coate, R. A. The United Nations and Changing World Politics, Westview Press, Boulder/San Francisco-Oxford, 1994.

#### b) Artigos

- BARBOSA, Rubens Antonio. "O Brasil e suas opções internacionais", in Política Externa, vol. 3, no. 3, 1994-1995.
- FONSECA Jr., Gelson. "Aspectos da teoria das relações internacionais", in Política Externa, vol. 3, no. 3, 1994-1995.

Além da bibliografia acima sugerida, recomendam-se as publicações do IPRI/ FUNAG na *Coleção Política Externa* e os *Cadernos do IPRI* (Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais).

É aconselhável que o candidato leia regularmente periódicos especializados em relações internacionais, notadamente as revistas *Foreign Affairs* e *Política Externa* (Paz e Terra, São Paulo). Outras publicações recomendadas: *Le Monde Diplomatique*, *Carta Internacional* (USP/ FINEP/ FUNAG, São Paulo), *Contexto Internacional*.

Sugere-se, ainda, a leitura da *Resenha de Política Exterior do Brasil*, publicação trimestral do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, na qual estão consignados atos internacionais, discursos, comunicados conjuntos e outros documentos oficiais. A resenha é encontrada em bibliotecas públicas e universitárias.

Alguns dos títulos sugeridos na bibliografia não tem tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editores) a todas as partes do mundo.

## HISTÓRIA

A prova de História constará de cinco dissertações, de curta extensão, três das quais tratarão do Brasil.

### A) HISTÓRIA DO BRASIL

#### Programa

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.

7. **O Brasil Republicano - Política e Administração:**  
 a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.  
 b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.
8. **O Brasil Republicano - Economia:**  
 a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.  
 b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.
9. **O Brasil Republicano - Sociedade e cultura:** a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização, as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.
10. **O Brasil Republicano - Política Externa:**  
 a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.  
 b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.
11. **Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:**  
 a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.  
 b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional.

## B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

### Programa

#### 1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

#### 2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Movimentos revolucionários na América Latina: os casos do México e de Cuba.

#### 3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e desagregação do bloco soviético.

#### 4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão.

A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

### 5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro.

### 6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo.

### Bibliografia sugerida

#### A) História do Brasil:

- CAMPOS, Flávio e Dohlmannoff, Miriam. Manual do Candidato - História do Brasil, FUNAG, Brasília, 1995.
- CARONE, Edgar. A República Velha, DIFEL, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. A Segunda República, DIFEL, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. A Terceira República (1930-1937), DIFEL, São Paulo.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil, Ática, São Paulo, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro, Globo, Porto Alegre, 1979.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil, EDUSP/Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala, Aguilar, Rio de Janeiro, 1977.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1959 (1ª ed.).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, e FAUSTO, Boris (organiz.). História Geral

da Civilização Brasileira, DIFEL, São Paulo.

- IGLESIAS, Francisco. Trajatória Política do Brasil, Cia. das Letras, São Paulo, 1993.
- PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil, Brasiliense, São Paulo, 1945 (1ª ed.).
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.
- \_\_\_\_\_. Brasil: de Castelo a Tancredo, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.

#### B) História Mundial Contemporânea:

- ARENDT, Hanna. Origens do Totalitarismo, Cia. das Letras, São Paulo, 1989.
- BARRACLOUGH, G. Introdução à História Contemporânea, 4a. ed, Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Desenvolvimento e Dependência na América Latina, Zahar, Rio de Janeiro, 1970 (1a. edição).
- GRENVILLE, J. A. S. A History of the World in the Twentieth Century, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1994.
- HALL, J. A. Powers and Liberties, the causes and consequences of the rise of the West, Penguin, London, 1992.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. História da América Latina, Paz e Terra, São Paulo, 1975.
- HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções, Paz e Terra, São Paulo, 1975.
- \_\_\_\_\_. A Era do Capital, Paz e Terra, São Paulo, 1977.
- \_\_\_\_\_. A Era dos Impérios, Paz e Terra, São Paulo, 1988.
- \_\_\_\_\_. A Era dos Extremos, Cia. das Letras, SP, 1995.
- JOUVENEL, Bertrand de. As Origens do Estado Moderno, Zahar, Rio de Janeiro, 1979.
- MAYER, Arno. A Força da Tradição, Cia. das Letras, São Paulo, 1990.
- OLIVER, Roland. A Experiência Africana, Zahar, Rio de Janeiro, 1994.
- VAISSE, Maurice. Les Relations Internationales depuis 1945, A. Collin, Paris, 1990.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Historical Capitalism, Verso, London, 1993.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima, e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

- BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*, Brasiliense, São Paulo, 1987.
- BERG, Eugène. *La Politique Internationale depuis 1955*, Economica, Paris.
- JOLL, James. *Europe since 1870*, Penguin Books, London, 1990.
- KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monolito*, UNESP, São Paulo, 1991.
- ROBERTS, J. M. *History of the World*, New edition, Penguin, London, 1990.
- PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 A 12), Cambridge University Press, Cambridge.
- THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*, Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
- VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*, Editora Universidade, Porto Alegre, 1992.
- . *A Grande Crise*, Vozes, Petrópolis, 1992.

**Exemplo de prova no Concurso de 1995**  
**Mariana Gonçalves Madeira - 85,00**

I. Após as guerras napoleônicas, as grandes potências européias dispunham-se ao entendimento e não mais aceitavam que as relações internacionais ficassem à mercê de uma concentração singular de poder. Analise o Concerto Europeu entre 1815 e 1890, não deixando de ponderar seus efeitos sobre a conduta das diplomacias, as relações entre grandes e pequenas potências, o movimento das nacionalidades, a gestão de interesses oriundos da industrialização e a expansão ocidental. Sua reflexão levará a princípios, regras e valores que passaram a informar o sistema internacional do século XIX.

*O sistema internacional que emerge com o fim das guerras napoleônicas é chamado balanço de poder, e tem o objetivo de impedir a*

*emergência de uma única potência que viesse desestabilizar o jogo de forças no continente europeu. Outro consenso que emerge é a necessidade de restabelecer a ordem nos vários países que estiveram sob influência de Napoleão. As fronteiras voltam ao que foram em 1792. Talleyrand, o representante francês no Congresso de Viena (1815), consegue uma paz menos dura para seu país. Não obstante, a França se verá bastante reduzida territorialmente.*

*Os esforços dos diplomatas se concentraram no sentido de não possibilitar o reaparecimento do expansionismo francês e das forças liberais resultantes do período napoleônico nos países europeus. Este é o objetivo da Santa Aliança, proposta pelo Czar Alexandre I, cuja política expansionista era camuflada pelo sentido da Cruzada Católica. Além da Rússia, Prússia e Áustria (destacando-se o conservadorismo de Metternich) fazem parte dessa aliança. A Inglaterra não adere, pois apóia os nacionalismos nascentes; preferira integrar a Quádrupla Aliança (países da Santa Aliança e a Inglaterra). Para com o continente, sua diplomacia se caracterizara por distanciamento relativo, dito "splendid isolationism". Para conter a França, surgirão também estados tampões a seu redor, como os Países Baixos.*

*A restauração, entretanto, não poderá ser completa. Por toda parte, sobrevivem os germens do liberalismo. As primeiras revoluções liberais acontecem em 1820. A Revolução do Porto, em Portugal, e de Cádiz, na Espanha. Acontece, também, no reino das duas Sicílias, em Nápoles e na Prússia. A Santa Aliança realiza os congressos de Troppal e Laybach e intervém na Itália e deixa que a França interfira na Península Ibérica.*

*Com efeito, a Santa Aliança não logra seus objetivos por muito tempo. Logo, o sistema de congressos, reuniões periódicas para controlar movimentos liberais, se revela ineficaz. Mesmo porque a Inglaterra, grande potência naval, está envolta em suas conquistas de ultramar. Não lhe interessa a manutenção de grandes estados. Apóia de início tacitamente, e depois com grande ênfase, os nacionalismos na América Latina.*

*As revoluções de 1830 são outro impeto revolucionário fatal para as forças conservadoras. A Bélgica se declara independente da Holanda. Na França, põe-se fim à dinastia Bourbon, e Luis Felipe de Orleans se instala no poder. Nova onda de movimentos acontece no ano de 1848, varrendo a restauração de vários países europeus - Itália, Prússia, França. Nos dois primeiros países, ela toma sentido nacionalista. Os liberais da Alemanha exigem uma constituição e desejam a união; enquanto que na França, o movimento é vitorioso - surge a Comuna de Paris, inspirada no socialismo*

utópico de Fourier. Louis Blanc inicia governo socialista, instala oficinas de trabalho para chegar ao pleno emprego. Mas, mesmo na França, onde a resistência liberal é mais forte, as forças reacionárias tratam de conter o liberalismo.

A partir de inícios dos anos 60, Alemanha e Itália iniciam seu processo de unificação. Já tinham sido feitas tentativas em 1848, sem sucesso. A Itália participa da Guerra da Criméia (causada pelo desejo da Rússia de possuir livre trânsito nos estreitos de Bósforo e Dardanelos) e tenta ainda com Napoleão III aliança contra a Áustria, que domina Venécia e Lombardia. A Alemanha trata de anexar ducados dinamarqueses, cujos príncipes germânicos demonstram, desde a morte de Cristiano IX da Dinamarca, o desejo de integrar a confederação germânica. Para isso, a Prússia alia-se à Áustria, mas logo desmancha a aliança. Na Batalha de Sádova (1866), o germânico Moltke derrota os austríacos, obrigados a assinar a paz de Praga, o que favorece igualmente a Itália, que quer unificar os estados do norte. Para a Itália, faltam os estados do sul e, finalmente, Roma, que nesse momento final é apoiada por Napoleão III. Mas a guerra franco-prussiana (1870-71) é o desenlace final. As unificações: Alemanha e Itália têm processos de unificações paralelos e entrelaçados. Para conseguirem atingir a unidade, contaram com a força da alta burguesia, timoneira do processo de industrializações. A Alemanha tem três parques industriais - Saxe, Silésia e Renânia. A Itália favorece a industrialização do norte.

Mas de todos os países que passaram a ser atingidos pela revolução industrial inglesa do século XVIII, a Alemanha possui a primazia no continente e continuará avançando com mais força após a unificação. De 1871 a 1890, a política bismarckiana de alianças manterá o continente sem guerras. Bismarck lançará a iniciativa da liga dos três imperadores (Prússia, Áustria e Rússia) unindo dessa forma dois rivais. Ele incentivará também o imperialismo dos europeus, especialmente dos franceses, no intuito de apaziguá-los quanto às pretensões na Alsácia-Lorena, região perdida para a Alemanha pelo Tratado de Frankfurt.

Na expansão ocidental, a Inglaterra sairá na frente. Conquista o Egito após Disraeli comprar do Paxá Ismail as ações da Cia. do Canal de Suez e aproveita-se de uma agitação anti-ocidental para afastar a França daquele país. Dez anos após a revolta dos cipaios (1857), conquista a Índia. Na África, deseja ligar o Egito ao Sul (Cabo da Boa Esperança). Suas conquistas se chocarão com a expansão francesa em Fachoda (Sudão),

por volta da década de 80. A França é o segundo império. O colonialismo francês é incentivado com o ministério de Jules Ferry (1881-1885). A Alemanha organiza o Congresso de Berlim (1885) para tentar normalizar o processo de conquista. É uma tentativa de Bismarck de revelar o prestígio de seu país. A pretexto da questão do Congo Belga, os países decidem como deve se dar o processo de conquista na África. O processo também ocorre na Ásia e Extremo-oriental. As perdas chinesas na guerra com o Japão deixam a China vulnerável às pretensões da Europa.

Por fim, vale dizer que a partir de 1890 a industrialização e a modernização política aumentam as rivalidades imperialistas entre países europeus. A partir de então, a Inglaterra sairá do "splendid isolationism". O sistema de alianças bismarckianas se mostrará incapaz de se manter. A aliança austro-russa, desde 1815, já havia sido posta em cheque na guerra da Criméia. A união de interesses entre esses dois países é artificial e passageira. A Rússia se expande (...) na influência pelos Balcãs. A Alemanha passará a ser mais nacionalista e revanchista. Em 1890, os revisionistas do tratado de 1815 estarão fortalecidos para mudar o jogo de forças na Europa.

2. Nos anos 1890, o termo *imperialismo* passou a ter uso corrente na linguagem política e jornalística. Homens de Estado até mesmo orgulhavam-se do adjetivo. Quando os marxistas, de Lênin aos teóricos da dependência, desenvolveram suas teorias do imperialismo, o termo adquiriu conotação pejorativa. Analistas não marxistas acabaram, todavia, por negar os argumentos que serviam ao marxismo revolucionário. Ao examinar o pensamento de uns e de outros, examine o fundamento e a coerência de seus discursos.

O imperialismo denota uma política dos países europeus que, desde a segunda metade do século XIX, tentam dar continuidade ao processo de desenvolvimento econômico de seus países. O imperialismo seria, portanto, decorrência da lógica do processo de industrialização. Por isto, a Inglaterra é o maior e primeiro país em termos de conquistas coloniais. O aumento da produção industrial não segue o crescimento da demanda interna dos países. Assim, eles são levados a procurar mercados consumidores para fazer frente ao crescimento da oferta.

Lênin considera o imperialismo como último estágio do capitalismo, ou seja, o capitalismo comercial passava a ser industrial e monopolista.

A concentração de produção em grandes conglomerados impunha a obtenção infinita de mais e mais mercados para possibilitar a continuação do crescimento industrial. No momento em que a oferta não encontrasse mais demanda, então deveria se dar a derrocada do capitalismo que atingiria seu máximo e seria destruído. A única solução seria um sistema ancorado em bases opostas - o Socialismo. A concepção leninista revisa o sentido positivo do imperialismo empregado pelos homens de Estado do século XIX, pois demonstra que o imperialismo é prejudicial para as sociedades cujos governos o adotam porque a produção desconsidera o mercado interno. Este pode mesmo se encontrar muito restrito porque os baixos salários colaboram para a competitividade do preço dos produtos. Em segundo lugar, o imperialismo prejudica o desenvolvimento dos mercados consumidores, impotentes para desenvolverem sua produção industrial.

A tese é retomada pelos teóricos da dependência em meados dos anos 60, radicados na Escola da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, da ONU). Entre seus expoentes, encontram-se Raul Prebisch, Teotônio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso. Compreendendo a fraqueza da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, e seus efeitos prejudiciais para os países em desenvolvimento, exportadores de matérias-primas, os dependentistas quiseram ir de encontro às defesas do processo de trocas comerciais do neo-imperialismo. Ou seja, o comércio exterior estaria prejudicando os países pobres dada a imutabilidade das pautas de exportação. A solução seria a substituição de importações com base no desenvolvimento dos mercados internos e na montagem de parques industriais. Os dependentistas não tinham a visão simplista de Lênin e não advogaram o estabelecimento de regimes socialistas. Mostraram apenas como o processo iniciado com o imperialismo do século XIX desembocou em perdas substantivas para os países não-imperialistas. Tinham clara influência marxista, mas, em termos políticos, não defendiam soluções marxistas.

Os críticos do marxismo, realistas políticos, defendem que a concepção de imperialismo não se assenta apenas em bases econômicas. O processo de expansão colonial na África e Ásia no século XIX atendeu a outros imperativos, além da busca de mercados consumidores. Havia a preocupação de encontrar espaços para as migrações européias, dado o crescimento populacional ocorrido ao longo do século XIX. Ademais, o imperialismo é especialmente um fenômeno de luta de imagens, de prestígio, entre os países europeus. Delgado de Carvalho demonstra que a França

recebia menos do que investia em seu império. Os gastos eram enormes. Portanto, o imperialismo seria também uma moeda de poder nas relações internacionais, não apenas decorrente de razões capitalistas. Bismarck apoiava o imperialismo dos outros países, mas teve que ceder à onda de conquistas que acontecia na Europa do final do Século.

Os teóricos realistas (da "realpolitik") acreditam que os países devem perseguir objetivos pragmáticos e que, portanto, inevitavelmente os interesses se chocam. O imperialismo é demonstração de força e não haveria motivo para, dada a anarquia das relações internacionais, não fazer uso dela. Contra esses teóricos, os globalistas (da corrente globalista das relações internacionais) denunciam o atual neo-imperialismo, ancorado não mais em trocas externas, mas no poder de dominação pela tecnologia, o conhecimento científico. Esta é uma corrente mais atualizada da concepção de imperialismo; desta vez, muito mais sutil, mas igualmente perverso, porque aumenta cada vez mais a distância entre países possuidores e não possuidores de tecnologia.

3. Historiadores ponderam os efeitos da Guerra do Paraguai sobre o Império em termos de crise. Ao julgar essa tese, avalie as conseqüências do conflito sobre o governo de Gabinete, o orçamento, a instituição militar e o prestígio da monarquia.

A maior e última guerra do Império pode ser considerada sob dois ângulos - a consolidação da hegemonia brasileira no Prata e os efeitos de crise sobre o sistema político-econômico interno. Os historiadores privilegiam o segundo aspecto porque a Guerra do Paraguai trouxe novo ímpeto às forças modernizadoras que acabaram derrubando o regime monárquico.

A primeira crise decorrente do conflito aconteceu no Gabinete e foi um dos fatores que levaram ao fim do período da Conciliação (1853-1868). No último gabinete, de Zacarias, o Imperador se alia aos conservadores porque estes queriam mandar Luís Alves de Lima e Silva para combater a guerra. Caxias era conservador e tinha apoio daqueles políticos. Cria-se, então, a contradição com o gabinete liberal que sai do poder em favor dos conservadores. A partir de então, as reformas progressistas serão barradas. O programa da Liga Progressista, formada por liberais que desejavam modernizar o sistema político (reforma eleitoral, maior controle do poder monárquico), não será realizado.

Os efeitos negativos nas contas do Império será outro motivo para enfraquecer a monarquia. Até antes da entrada de Caxias na guerra, Argentina e Uruguai lucravam com a manutenção da guerra porque os portenhos de Montevideu e Buenos Aires (entre eles, Urquiza, que, de aliado de F. Solano López, passa à neutralidade, percebendo os lucros do comércio que desejava realizar) proviam o Império com materiais e alimentos. O Império contraía dívidas crescentes. Argentina e Uruguai tinham menos interesse em finalizar a guerra. Nos últimos dois anos, abandonam as forças brasileiras que passam a combater sozinhas. Ademais, as dívidas que o Império teve que fazer junto à praça de Londres para custear a guerra também pesou no desequilíbrio financeiro após a guerra.

O papel dos militares representou outro golpe de força no Império. O Exército passa a tomar consciência de seu papel reformador e de seu pequeno peso político no regime monárquico, situação esta que será um dos fatores fundamentais para a queda do Império. A contradição entre o Império e os regimes republicanos de seus aliados dotará os militares de novas forças para exigir reformas. Ademais, os contingentes contaram com a participação dos voluntários da Pátria, formados especialmente de negros alforriados. A presença desses negros irá colaborar para que o Exército seja a favor do fim da escravidão.

Dessa forma, a guerra do Paraguai representa um fenômeno contraditório e, talvez, ambíguo. Isto acontece porque, a despeito dos resultados desagregadores resultantes da guerra, o Império vence. Consegue derrotar as pretensões de López do grande Paraguai, formado por Paraguai, Uruguai e as províncias Argentinas de Corrientes e Entre Rios, além de pedaço do território brasileiro. O Prata se encontra apaziguado. Tropas brasileiras permaneceram no Paraguai até 1876, mesmo após a paz de 1872 com o Paraguai, por temor de rivalidades com a Argentina. Mas os governos do Prata serão títeres do Império, o que determina a contradição entre a vitória e sua hegemonia na região (com bases em tratados vantajosos não só com o Paraguai, mas também com Mitre e Flores) e, por outro lado, a instabilidade interna que passará a nortear as últimas duas décadas do Império.

Os efeitos mais imediatos serão a pressão do abolicionismo (que será feito gradualmente, a partir da Lei do Ventre Livre de 1871, depois a Lei Saraiva Cotegibe de 1885 e, finalmente, a Lei Áurea de 1888), o surgimento da questão militar (os militares lutarão por mais direitos e influência política; em 1875, eles estarão proibidos de se expressarem

publicamente), o problema financeiro (mais tarde agravado pelas crises do café, especialmente a partir da República). Vale também destacar que a conjuntura interna que emerge durante e a partir da Guerra do Paraguai é de radicalização de tendências. Não haverá mais possibilidade de conciliação entre liberais e conservadores. A demanda por reformas política (como o fim do voto censitário) será amenizada com a Lei Eleitoral de 1881, que acaba com a eleição de dois turnos e aumenta o número de votantes. Mas as reformas serão poucas porque os Conservadores tentarão detê-las. Surgira, já em 1870, o Manifesto Republicano e o Partido Republicano. Rui Barbosa tentara renovar o Partido Liberal, mas suas idéias serão consideradas muito avançadas. Há um racha no Partido. Rui Barbosa se declara "Republicano do dia seguinte". Cada vez mais, estará evidente a contradição entre o prestígio internacional de D. Pedro II, com base em sua diplomacia presidencial, e na vitória na Guerra do Paraguai, e a incapacidade de harmonizar as forças políticas internas, o que acaba gradativamente minando o prestígio.

Portanto, para o Império, as conseqüências serão negativas, aguçarão o liberalismo progressivamente republicano e colocarão o Monarca e as forças conservadoras em situação de impasse. As relações internacionais - conflito no Prata - reaproximaram o Império da Inglaterra, com quem havia rompido relações por causa da questão Christie. A Inglaterra percebeu a força da hegemonia brasileira no Prata e tentou minimizar esses resultados, oferecendo auxílio financeiro.

A guerra do Paraguai marca o início do declínio do Império. A monarquia e os gabinetes conservadores não saberão como lidar com os efeitos perturbadores do conflito e acabarão impotentes frente às forças republicanas.

4. É sabido que a maçonaria ocupou papel de relevância no nascimento do Império brasileiro. Ao longo do século XIX ela esteve presente em diferentes percepções políticas de líderes e revoltosos. No nascimento da República, teve a maçonaria papel diferente ou similar ao que desempenhou no Império? Diferente ou similar daquele desempenhado pelo positivismo?

No surgimento da República, a maçonaria gerou a questão religiosa. O Brasil do Império instituiu a religião oficial católica, mas na sociedade brasileira foi-se consolidando um sentido de liberalismo nos costumes, especialmente nas crenças religiosas. Como bem demonstraram

Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda em seus respectivos *Casa Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil*, o catolicismo no Brasil não se apresentou com toda rigidez típica do contexto europeu. A permissividade que caracterizou as práticas morais acabou possibilitando que na própria igreja católica houvesse padres maçons. A maçonaria teve, ao longo do Império, várias facetas. Em alguns casos, apoiou movimentos rebeldes que se opunham à centralização política e eram a favor do liberalismo. Entretanto, mesmo no governo, alguns deputados eram maçons ou simpatizantes, como o Visconde do Rio Branco.

Na conjuntura do surgimento da República, a maçonaria, embora permitida tacitamente, acabou representando força contrária ao Império porque separou a igreja do Estado, retirando a sustentação do poder monárquico. Nesse sentido, teve papel semelhante ao positivismo que também propõe o Estado laico (concepção que esteve presente na Carta de 1891).

A bula papal que impedia a ligação da igreja com a maçonaria não foi aplicada com rigor no Brasil. Alguns incidentes aconteceram quando ordens religiosas denunciaram a ligação de padres com a Maçonaria. Isto aconteceu em Olinda e Pará. No Rio de Janeiro, o Visconde do Rio Branco participou de uma festa em sua homenagem realizada por maçons, o que indispondo a maçonaria com o Império. A consequência é o fim do padroado quando do fim do Império.

Portanto, a maçonaria representava força modernizadora do sistema político que, como o Positivismo, acabou se chocando com a resistência conservadora monárquica.

5. É lícito interpretar a Operação Pan-Americana (OPA) de Juscelino Kubitschek como impulso para modernizar a Política Externa Brasileira? Trate o assunto nas suas relações tanto com a tradição varguista de acoplar a política exterior ao desenvolvimento nacional quanto com o ocidentalismo e o contexto da Guerra Fria. Examine, ainda, o impacto da OPA sobre o Pan-Americanismo e a prática do multilateralismo.

A OPA é lançada em pleno contexto de Guerra Fria e de exacerbação do espírito anti-norte-americanista da América Latina. No final da 2ª Guerra Mundial, a América Latina estava sob a égide dos EUA. Foram assinados o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca de 1947) pelo qual se fundamentava a defesa conjunta do continente - qualquer

ataque a um país americano seria considerado ataque ao continente. Em 1948, foi criada a OEA (Organização dos Estados Americanos). Os EUA dominavam a OEA e usavam este concerto político para manter a América Latina sob a égide do ocidentalismo como um "backyard". O alinhamento político, entretanto, não era seguido por cooperação econômica. Os EUA se preocupavam em fazer face à expansão russa na Ásia.

A diplomacia brasileira evoluiu a partir do "alinhamento automático" de Dutra que não logrou atrair capitais estrangeiros para o país. Dutra será o governo das "ilusões", conforme exprimiu Gerson Moura. O segundo governo Vargas será conflituoso. A Missão Abbink (1948) e a consequente criação da Comissão Mista Brasil-EUA (1950-51) não surtirão os efeitos esperados. Vargas não atendera às exigências norte-americanas. Os investimentos no Brasil serão mínimos porque o nacionalismo desenvolvimentista de Vargas restringe a participação de multinacionais e privilegia a estatização da indústria (como, por exemplo, no caso da Petrobrás em 1953). As concepções do desenvolvimento nacional estarão divididas entre os nacionalistas e os liberais associados. Estes últimos sairão vitoriosos com a eleição de JK.

JK abre a economia para os capitais externos, fazendo grande uso da instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), mas almeja o aumento dos investimentos. As relações de possível cooperação com a Europa esbarravam com a criação da Comunidade Econômica Européia pelo Tratado de Roma de 1957. JK temia o fechamento do mercado europeu para produtos brasileiros em decorrência das tarifas preferenciais dadas aos países africanos. É então que JK tenta atrair os capitais norte-americanos.

Percebendo a dificuldade da manutenção do alinhamento político da América Latina com os EUA, JK tenta transformar o alinhamento político em cooperação econômica. Seu poder de barganha encontrava-se algo deteriorado, pois o Brasil não havia mandado tropas à Guerra da Coreia (como o governo dos EUA esperava). JK soube aproveitar a conjuntura regional de insatisfação popular, expressa no exacerbamento das reivindicações trabalhistas, dos movimentos contestatórios rurais e urbanos por toda a América Latina.

A visita do Vice-Presidente Nixon dos EUA foi o estopim do lançamento da OPA em 1958. Nixon havia sido muito mal recebido na América Latina. Neste contexto, JK escreve uma carta ao Presidente Eisenhower expondo a situação de aumento de pobreza e de radicalização política,

referindo-se a "ideologias exóticas" (eufemismo para ideologia comunista) que estariam ameaçando a estabilidade política da América Latina. A OPA não é bem acolhida, mas revela uma tentativa ambiciosa de renovar os canais diplomáticos, não mais pela via do bilateralismo, mas fazendo uso de concertações multilaterais com o continente. A diplomacia de JK, baseada no capitalismo associado, representa também a regionalização das relações exteriores do Brasil (A Política Externa independente irá "mundializar").

A OPA demonstra também a continuidade da política externa que, desde 1930, com Vargas, se caracteriza pela busca do desenvolvimento nacional. A OPA não terá, entretanto, muitos efeitos. A revolução comunista em Cuba (1959) despertará o governo dos EUA para a necessidade de renovar os laços com o continente. O Presidente Kennedy lançará a Aliança para o Progresso, que incluirá alguns princípios da OPA, como a cooperação econômico-financeira, mas também não se concretizará na prática por investimentos importantes. Para o pan-americanismo, os resultados serão positivos. JK não havia discutido com os governos latino-americanos o lançamento da OPA, mas os frutos uniram os países. A ALALC (Associação Latino-americana de Livre Comércio) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) são citados pela historiografia como conseqüências da OPA (1958).

A OPA representará a tentativa de modernizar a política externa, iniciando um processo de estreitamento de relações entre os países da América Latina e, nesse sentido, fortalecendo o pan-americanismo e o multilateralismo - forças que irão ameaçar a rigidez do bipolarismo, especialmente a partir de meados dos anos 60. Com o interregno do governo de Castelo Branco, a diplomacia brasileira não se norteará pelo alinhamento com os EUA, tentará encontrar novas vias de desenvolvimento com países do Terceiro Mundo e privilegiará o multilateralismo, sem se desvincular do ocidentalismo hegemônico pelos EUA.

## GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, das quais 3 (três) referentes ao Brasil.

### Programa

#### 1. Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.

- 1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.
- 1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.
- 1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.
- 1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.
- 1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.

#### 2. A Formação Territorial do Brasil.

- 2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).
- 2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.
- 2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.
- 2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.
- 2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.
- 2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.
- 2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

#### 3. O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.

- 3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.
- 3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.

3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.

3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.

3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.

3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.

4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.

4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.

4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.

4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos do solo sustentáveis.

#### Bibliografia sugerida

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. Ed. Hucitec, São Paulo, 1979.

ARAÚJO, Regina Célia. Manual do Candidato - Geografia, FUNAG, Brasília, 1995.

BECKER, Bertha. Amazônia. Ed. Ática, São Paulo, 1990.

BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio. Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo. Ed. Bertrand, Rio de Janeiro, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial, Ed. Ática. São Paulo, 1986.

COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. Ed. Contexto, São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. Geografia Política e Geopolítica. Ed. Hucitec/Edusp, São Paulo, 1992.

MORAES, Antonio Carlos R. Geografia. Pequena História Crítica. Ed. Hucitec, São Paulo, 1982.

\_\_\_\_\_. Meio Ambiente e Ciências Humanas. Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. Metamorfose do Espaço Habitado. Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. A Urbanização Brasileira. Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton et alli. Fim de Século e Globalização. Ed. Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SCARLATO, Francisco C. et alli. Globalização e Espaço Latino-Americano. Ed. Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. et alli. Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica. Ed. Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e a América Latina. Ed. Contexto, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. O Desafio Ecológico. Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

BARRIOS, Sônia et alli. A Construção do Espaço. Ed. Nobel, São Paulo, 1985.

BURSZTYN, Marcel (org.). Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Ed. Difel. São Paulo, 1977.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Rede Urbana. Ed. Ática. São Paulo, 1989.

DAMIANI, Amélia. População e Geografia. Ed. Contexto. São Paulo, 1993.

HAESBAERT, Rogério. Blocos Internacionais de Poder. Ed. Contexto. São Paulo, 1991.

LAVINAS, Lena et alli. Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. Ed. Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1993.

MAGNOLI, Demétrio. O que é Geopolítica. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO, Regina. Para Entender o Mercosul. Ed. Moderna, São Paulo, 1994.

MARTIN, André Roberto. Fronteiras e Nações. Ed. Contexto, São Paulo, 1992.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo. Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. Ed. Caetés, São Paulo, 1987.

- MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas Cidades Brasileiras*, Ed. Contexto, São Paulo, 1989.
- ROSS, Jurandir S. *Geomorfologia: Ambiente e Planejamento*, Ed. Contexto, São Paulo, 1990.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*, Ed. Hucitec, SP, 1979.
- SANTOS, Milton (org). *Novos Rumos da Geografia Brasileira*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1984.
- SCARLATO, Francisco C. e PONTIN, Joel A. *Do Nicho ao Lixo*, Ed. Atual, São Paulo, 1992.
- WETTSTEIN, German. *Subdesenvolvimento e Geografia*, Ed. Contexto, São Paulo, 1992.

**Exemplo de prova no Concurso de 1995**  
**Carlos da Fonseca - 81.00**

1. O mundo experimenta na atualidade a maior aceleração do tempo histórico de que se tem notícia, onde novas tecnologias fragmentam e individualizam o trabalho em torno de redes de informação, e onde ocorre a mundialização das trocas e dos fluxos de informação nas áreas comercial, financeira, acadêmica e tecnológica. Levando-se em conta o modelo de organização espacial brasileiro, quais as regiões que apresentam condições mais favoráveis de desenvolvimento, diante da nova realidade internacional?

*O mundo experimenta atualmente uma nova e acelerada etapa de seu desenvolvimento econômico-industrial, marcada por uma aceleração sem precedentes do acesso à informação através de uma rede intrincada de fornecimento de dados que se vem espalhando pelo mundo. Tal etapa, comumente chamada de 3ª revolução industrial, se caracteriza pelo desenvolvimento de tecnologias novas, de altíssimo valor agregado, que cumprem o papel de multiplicador da produtividade das indústrias e de acelerador - dinamizador da produção de serviços.*

*Uma síntese ampla do processo evolutivo da industrialização mundial revelaria uma gradual aceleração no desenvolvimento de tecnologia e meios de produção. Paralelamente, apontaria para uma relação estreita entre tal aceleração e um processo de concentração/monopolização dos meios de*

*produção e de capital. Grosso modo, é lícito dizer que a aceleração no processo de desenvolvimento econômico-industrial é proporcional ao grau de interação (e monopolização) das economias mundiais.*

*O que vemos hoje é uma etapa nova, que marca uma aceleração exponencial no processo de desenvolvimento, e é coerentemente caracterizada por uma globalização da economia mundial. O tempo histórico foi acelerado, de fato, pois as distâncias a serem percorridas pela informação se encurtaram sobremaneira. O trabalho fragmentou-se, na medida em que, à tradicional divisão de trabalho, se sobrepôs uma gama intrincada de relações de troca de informação que já não respeitam a lógica nacional ou regional. O acesso direto a redes de comunicação como a Internet, a construção de uma complexa rede internacional de informações (G.I.I.) dá acesso a todos aqueles que já se encontram preparados para usufruí-la, a uma porta de acesso imediato ao mundo. A terceira revolução industrial não somente acelera o tempo histórico como também contribui para uma "reconstrução" do espaço, na medida em que cria 'novos fluxos' econômicos e aproxima regiões distantes.*

*O Brasil vem criando condições para usufruir plenamente dessa nova etapa no desenvolvimento mundial. É preciso, no entanto, considerar de maneira histórica, o processo evolutivo do desenvolvimento econômico brasileiro, pois dele decorre o aproveitamento regional desses novos meios oferecidos pela tecnologia da 3ª revolução industrial.*

*Assim, é necessário considerar que nosso desenvolvimento econômico se deu sempre de forma concentrada em algumas regiões do país. A hegemonia econômica do café na região Sudeste criou condições para uma acumulação de capital que promoveu um desenvolvimento industrial precoce. Tal processo criou condições prévias para uma ação governamental que privilegiou (nos anos 50, 60 e 70) tal região na elaboração de projetos de infra-estrutura - construção de estradas, hidrelétricas, indústrias de base. A região Sudeste veio, assim, ao longo dos anos, acumulando benefícios que a tornaram atraente ao capital externo. Durante os anos 70 e 80, conjugaram-se assim a ação do estado autoritário (que, através do 1º e 2º PND, privilegiaram processo de desenvolvimento marcado por forte concentração - geográfica e de capital) e de capital internacional, que privilegiou a região Sudeste, "core area" nacional, por ali encontrar condições favoráveis para seus investimentos.*

*O resultado de tal processo, em termos de organização de espaço nacional, é visível: uma "core area" concentrando a maior parte da riqueza*

nacional (produzindo mais de 70% do PIB nacional) e articulando o país através de suas redes de estradas e ferrovias. Paralelamente, encontramos uma "periferia deprimida", na expressão feliz da professora Bertha Becker, situada basicamente na região Nordeste, e uma área de "fronteira de recursos", ao Norte e Centro Oeste.

Diante de tal situação, é fácil prever que as regiões que apresentam hoje condições mais favoráveis para o pleno aproveitamento dos benefícios da 3ª revolução industrial - o que acarretaria maior grau de desenvolvimento - são as que compõem a "core area" brasileira: as regiões Sudeste e (secundariamente) Sul. Tal fato se dá, basicamente, em função de essas áreas concentrarem:

- o maior número de universidades, que as colocam em contato direto com as mais recentes pesquisas tecnológicas mundiais
- o maior número de indústrias
- o maior número de consumidores com poder aquisitivo suficiente para ter acesso a computadores, etc.
- as empresas com maior capacidade para desenvolverem redes de informações e acessá-las às redes mundiais (G.II)
- o maior volume de capital
- infra-estrutura compatível com as necessidades inerentes a tal processo de desenvolvimento - acesso à Internet, a satélites, a redes de comunicações por fibra ótica, etc.

2. Resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991 apontam para um redirecionamento dos fluxos migratórios, em que os movimentos intra-regionais prevalecem sobre os inter-regionais. Um aspecto importante dessa dinâmica populacional é a predominância dos deslocamentos de curta e média distância em direção às grandes cidades, especialmente às capitais dos Estados e a algumas cidades de porte médio. A que se pode atribuir essa nova tendência dos movimentos migratórios no Brasil, e qual sua relação com o desenvolvimento econômico e social recente do país?

O redirecionamento dos fluxos migratórios no Brasil pode ser relacionado a uma série de fatores que dizem respeito ao processo atual de desenvolvimento de nossa economia.

O primeiro fator a explicar diretamente o recuo dos fluxos inter-regionais é provavelmente o "fechamento" de nossas fronteiras agrícola e de recursos. De fato, tais "novas fronteiras" representaram nos anos 60,

70 e 80 (menos nos 80) um estímulo novo aos fluxos inter-regionais, que se somaram aos fatores de repulsão de certas regiões periféricas deprimidas. Projetos de reforma agrária e de assentamento de agricultores nas novas áreas de exploração agrícola (caracterizando nossa corrida para o Oeste), como o projeto de reforma agrária associado à construção da rodovia Belém-Brasília, durante o governo Geisel, fracassaram por faltarem os incentivos mínimos para a permanência do agricultor no campo (política de preços mínimos, investimentos em infra-estrutura para transporte e estocagem das colheitas, etc). O que se verificou de fato, sobretudo no caso do Centro-Oeste, foi uma gradual concentração das propriedades agrícolas, através de um processo inevitável de "fagocitose", e também em função da capitalização da agricultura. As novas fronteiras brasileiras acabaram por se tornar, não fronteiras de recursos, mas fronteiras para o escoamento do excedente de capitais do Sudeste. O processo decorrente de concentração de terras (via "agrobusiness" ou especulação) acabou por fechar as novas fronteiras e rechaçar os fluxos migratórios que para lá se dirigiam.

Um segundo fator a ser considerado diz respeito às conseqüências regressivas que a grande recessão dos 80 teve sobre as diferentes regiões do país, indiscriminadamente. O mito das grandes cidades do Sudoeste como acesso ao bem-estar e à riqueza foi evoluindo pela consciência da realidade caótica de suas favelas, de sua miséria. Tal realidade contribuiu duplamente para o redirecionamento dos fluxos migratórios verificado pelo censo de 91, pois:

a) fez recuar os fluxos inter-regionais, sobretudo os provenientes das regiões periféricas deprimidas, como o Nordeste. Pode-se dizer que, de certa forma, os efeitos de repulsão dessas regiões (seca, fome...) foram anuladas pelos efeitos de repulsão dos grandes centros urbanos do Sudeste;

b) acelerou os fluxos intra-regionais, na medida em que a insuficiência ou ineficiência das infra-estruturas urbanas nas grandes cidades faz com que muitos prefiram morar nos arredores destas, a elas se dirigindo diariamente, em fluxos constantes, para trabalhar;

c) a saturação demográfica das grandes cidades - a "superpopulação", pois o crescimento demográfico não é acompanhado por desenvolvimento econômico compatível - acaba expulsando os mais desfavorecidos: a valorização dos terrenos urbanos atinge atualmente todos os setores sociais; possuir hoje uma casa numa favela é quase um luxo. Muitas pessoas são assim levadas a procurarem moradia nos subúrbios

distantes das grandes capitais, onde o preço dos terrenos é mais baixo (e o aluguel é, logo, mais acessível). No Rio de Janeiro, por exemplo, é comum encontrar ex-moradores de favelas centrais como a Rocinha ou o Vidigal tendo que se mudar para subúrbios longínquos ou para outros municípios conurbados à capital (Duque de Caxias, Nova Iguaçu...).

d) os fatores de repulsa que afetam simultaneamente as diferentes regiões do país faz com que os fluxos migratórios inter-regionais Nordeste-Sudeste sejam substituídos por fluxos intra-regionais no Nordeste. Diante da tragédia da seca, o 'retirante' prefere hoje dirigir-se do sertão ou do agreste à Zona da Mata (litoral) de sua região pois, como foi dito anteriormente, o mito do "sul maravilha" perdeu grande parte de seu poder de atração.

3. Em *O Espaço Urbano*, o autor Roberto Lobato Corrêa explica o processo de estruturação das cidades brasileiras tomando por base a ação dos diferentes agentes envolvidos nesse processo. Quais são esses agentes e o que caracteriza sua ação sobre o espaço urbano?

Em seu livro *O Espaço Urbano*, o autor Roberto Lobato Corrêa aponta para cinco grandes agentes que processam em conjunto ou de forma cumulativa a estruturação das cidades no Brasil. São eles: os proprietários fundiários, os industriais, os agentes e promotores imobiliários, o estado e as populações marginalizadas.

Segundo o autor, cada um desses "atores" age segundo seus interesses imediatos ou em resposta a uma situação já existente.

Os três primeiros têm interesses semelhantes mas podem se chocar - ao industrial por exemplo, interessa que o valor do terreno onde construirá sua indústria não seja elevado, a fim de não pesar no custo de produção final. As indústrias agem, via de regra, em função de uma lógica de produção que leva em conta o problema acima referido. O industrial cria espaço urbano na medida em que constrói junto com sua fábrica uma vila operária ou um centro comercial para suprir as necessidades de seus funcionários. Ele cria e estrutura o espaço urbano na medida em que orienta a localização de sua indústria em função do valor de terras e da existência de uma rede de transportes que possa usar para o escoamento de sua produção. Ele cria e estrutura o espaço urbano através da simples aplicação da lógica de que rege a indústria atraindo a indústria na proporção da infraestrutura existente. Neste sentido é lícito dizer que o agente industrial

depende tanto da ação do Estado (fomentador do desenvolvimento através de seus investimentos em infra-estrutura) quanto da ação especulativa dos agentes e produtores imobiliários.

O segundo agente, o proprietário fundiário, tem como interesse básico integrar sua propriedade às facilidades da urbanização na medida em que tal fato leva, por si só, a uma grande valorização de suas terras. Neste sentido, podemos dizer que seus interesses também são os de maximizar seus investimentos e se chocam com os de industriais que defendem uma desvalorização dos terrenos como condição básica para maximização de suas produções.

Os produtores imobiliários agem na estruturação do espaço urbano na medida em que valorizam, através de seus empreendimentos, tal ou tal área da cidade. Eles são prioritariamente atraídos por empreendimentos imobiliários que se dirijam às camadas sócio-econômicas "solváveis" da população. Constróem, assim, condomínios de acesso exclusivo às camadas mais favorecidas, enquanto que, paralelamente, buscam o apoio do Estado para a detenção de subsídios e investimentos que tornem as camadas populares da sociedades "solváveis" através de planos de financiamento como o BNH e outros. Seus interesses entram em conflito com o de industriais na medida em que visam a valorização dos terrenos com os quais especulam.

A ação do Estado na estruturação das cidades brasileiras é fundamental. Vários são os instrumentos de que dispõe o Estado para agir direta ou indiretamente sobre a formação e estruturação desse espaço. O Estado pode agir indiretamente através de:

- investimentos em infra-estrutura (que valorizarão determinadas áreas em detrimento de outras);

- "calibragem" do nível de impostos urbanos que cobra, como IPTU (o que torna uma área mais cara do que a outra e contribui, assim, para estimular uma segregação urbana);

- investimentos de infra-estrutura em transportes (sobretudo coletivos), o que permitirá, por um lado, uma dinamização de certas áreas e, por outro, o deslocamento mais rápido de populações que poderão habitar em áreas periféricas - mais baratas; e

- limitação do crescimento demográfico das cidades através de medidas de desestímulo à imigração (cidades do interior de São Paulo praticam normalmente tais políticas).

O Estado pode agir diretamente sobre a estruturação do espaço, através de:

- criação de novos espaços a serem urbanizados por intermédio de aterragem, drenagens, etc (como exemplo temos o Rio de Janeiro, cujo bairro do Flamengo foi parcialmente criado sobre aterros) e;

- criação de bairros operários, de conjuntos habitacionais e de estruturas comerciais adjacentes favorecendo o desenvolvimento de novos bairros.

O último agente a ser referido é o composto por populações marginalizadas, que contribuem para a estruturação do espaço urbano na medida em que constroem favelas que se espalham pelas cidades brasileiras. Segundo o autor, tal ação pode ser caracterizada como "de resistência", pois corresponde freqüentemente a uma resposta à falta de respostas oferecida pela sociedade e pelo Estado aos problemas de nosso desenvolvimento desequilibrado e criador de miséria.

4. Especialistas prevêem que, mantidos os atuais níveis de degradação dos solos em regiões áridas, semi-áridas e subúmidas do Globo Terrestre, a Humanidade perderá, até o final deste século, um terço de suas terras agricultáveis. Essa perspectiva se revela especialmente preocupante, uma vez que, apenas para manter o atual padrão de nutrição da população mundial, será necessário produzir, nos próximos vinte e cinco anos, uma quantidade três vezes maior de alimentos. Quais as nações mais atingidas por essa crise, e que fatores contribuem para agravá-la?

A situação da agricultura no mundo atual é complexa e ambígua, na medida em que se caracteriza por problemas de superprodução nos países mais desenvolvidos e por problemas de subprodução e destruição em certos países mais pobres, países estes que se encontram, por outro lado (sobretudo os africanos), vitimados pela desertificação de parte considerável de seus territórios.

Segundo dados da F.A.O., válidos para os anos 80, a produção mundial de alimentos, medida em termos de calorias/dia, atinge médias superiores às necessárias para uma equilibrada alimentação da população mundial - a produção de calorias nos países desenvolvidos chega a 2.960 por dia e por habitante; a produção média nos países em desenvolvimento oscila em torno de 2.500 calorias/dia (o consumo mínimo de calorias/dia segundo a F.A.O. seria de 2.300, o que equivaleria a uma alimentação equilibrada).

No entanto, tais dados correspondem a um "instantâneo" de uma situação extremamente dinâmica e cambiante. Atualmente, o que se verifica é, por um lado, a redução relativa das superproduções européias (através das reformas na P.A.C. - política agrícola comum da União Européia) e norte-americanas e sobretudo uma drástica diminuição da produção de vários países menos desenvolvidos. Os países mais atingidos por tal crise são os do continente africano, vítimas de um processo de desertificação (a chamada "sanelização") de parte substancial de seus territórios. Países como Mali, Burkina Faso e Níger se encontram em plena fronteira do "Sahel" e vêm sendo as principais vítimas da desertificação na África. Seu incipiente desenvolvimento no setor agrícola está sendo diretamente comprometido por tal fenômeno (alguns desses países não produzem mais do que 1.500 calorias/dia por habitante).

Paralelamente verifica-se também desertificação em certas áreas agrícolas da Ásia, sendo o maior exemplo desse fato o processo de desertificação (e assoreamento) em torno do Mar de Ural, na ex-União Soviética. Verifica-se, ainda, um recente e ainda não irreversível processo de desertificação, via laterização dos solos, de regiões úmidas e subúmidas da África e América Latina, vítimas de desmatamento (tal processo atinge pontualmente certas regiões do litoral de mata Atlântica e da Amazônia brasileira).

A continuar no atual ritmo, a desertificação, sobretudo no que diz respeito à África, poderá comprometer definitivamente suas áreas agricultáveis, tornando tais países dependentes de uma "terceira" revolução agrícola que multiplique a produtividade nos países mais desenvolvidos (o que se verifica agora é, como dissemos, uma tendência à baixa de produtividade na Europa e Estados Unidos, como resposta à superprodução).

É necessário, assim, conter o processo de desertificação por intermédio do desenvolvimento de métodos de irrigação acessíveis aos países mais pobres e pela contenção do desmatamento indiscriminado em países como o próprio Brasil, países da América Central (Costa Rica, México, ...), etc.

5. Existe uma controvérsia entre correntes teóricas que acreditam na possibilidade de ocorrência de alterações climáticas pela ação humana, incluindo-se aí o problema da destruição da camada de ozônio, e correntes

teóricas que negam a veracidade científica de tais argumentos. Analise essa questão nos seus aspectos físicos, sócio-econômicos e políticos.

*Em março de 95, reuniu-se em Berlim a Conferência Internacional sobre Alterações Climáticas, dentro do programa previsto pela Agenda 21, documento principal da Rio 92. Nela discutiu-se o problema da destruição da camada de ozônio e seus efeitos sobre o clima da terra. Problema maior ali colocado por vários países decorre da controvérsia existente sobre os efeitos da ação do homem no que diz respeito às variações climáticas que efetivamente verificamos hoje em certos países. Argüi-se que a variação de uns poucos graus na temperatura média da terra corresponderia a um possível derretimento das calotas polares, o que implicaria uma substancial elevação do nível dos mares e oceanos.*

*O pomo de discórdia parece ser, nesse sentido, o peso real das emissões de gases na destruição da camada de ozônio. Muitos defendem que há uma proporção direta, que deve ser associada à produção das indústrias, à multiplicação do número de automóveis, etc. Para tais teóricos, um controle rigoroso de tais emissões é imprescindível - o que, em última análise implica uma redução do ritmo de desenvolvimento industrial (poluidor) de certos países.*

*Outros teóricos defendem que o volume de tais emissões, embora elevado, não compromete a atmosfera, pois as próprias correntes de ar existentes tenderiam a dispersá-las, levando-as posteriormente à absorção indireta através de florestas e do plancton marinho.*

*Por trás dessa questão técnica, coloca-se outra, de cunho político e econômico, e que diz respeito ao desenvolvimento industrial de países considerados poluidores... Os matizes de tal discussão, que inclui a questão fundamental do direito ao desenvolvimento, foram explicitados durante os debates da conferência de Berlim; dividiram-se os países participantes, em função de seus interesses individuais, em grupos de apoio e de repúdio às teses alarmistas (e de certa forma "malthusianas") apresentadas.*

*- Países como os E.U.A e o Japão, grandes potências econômicas (e, logo, poluidoras) defenderam o adiamento de medidas mais rígidas de controle às emissões de gases.*

*- O Brasil, assim como a maioria dos países em desenvolvimento (do G 77), se recusou a reduzir suas emissões, pois isso implicaria comprometer seu processo de desenvolvimento industrial. O Brasil se alinha, assim, entre os países não-alarmistas.*

*- Os países que mais defenderam um controle das emissões de gases foram aqueles que já atingiram um grau de desenvolvimento econômico-social elevado, como a Alemanha e os países escandinavos.*

*O que se vê, através da evolução de tais debates, é que certos temas ecológicos continuam, como em 1972, durante a Conferência de Estocolmo (grandemente marcada então pelo efeito do relatório "malthusiano" do Clube de Roma), orientados pela polêmica do desenvolvimento. É necessário pesar de forma isenta os argumentos legítimos de defesa do meio ambiente e os, não menos legítimos, da defesa do direito ao desenvolvimento.*

## NOÇÕES DE DIREITO

A prova de Noções de Direito constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

O programa parte das noções indispensáveis de Teoria Geral do Direito, passa a seguir ao estudo do Estado e suas características básicas, para depois focar tópicos essenciais de Direito Constitucional, relacionados com a organização do Estado brasileiro. Busca-se aferir, em particular, a compreensão do candidato da fisionomia institucional do Estado brasileiro e a vocação democrática da Constituição - sendo requerido o conhecimento dos direitos e garantias fundamentais. Como o tema está estreitamente ligado à proteção internacional dos direitos humanos, o último tópico do programa marca a linha de contato mais próximo do Direito Constitucional e do Direito Internacional, na configuração do Estado de direito democrático.

Os pontos de Direito Internacional Público limitam-se aos conceitos indispensáveis a quem se prepara para exercer funções diplomáticas.

Durante a prova, os textos legais serão consultados somente quando a Banca Examinadora assim o determinar, e nesse caso serão fornecidos pelo IRBr.

### Programa

1. Característica das normas jurídicas. Estrutura, validade e classificação.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica; negócio jurídico.
3. Personalidade jurídica - no Direito interno brasileiro e no Direito Internacional Público.
4. O Estado. Características. Elementos constitutivos. Soberania. Formas de Estado. A Confederação e a Federação. Regime republicano. Sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. O Estado Democrático de Direito.
5. Condição jurídica dos Estados. Direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.
6. Características do Estado brasileiro. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro.
7. A organização dos Poderes no direito brasileiro. A atividade legislativa e o processo legislativo.

8. Constituição. Conceito. Primado da Constituição. O controle da constitucionalidade das leis.
9. Competências da União e das unidades federadas.
10. A atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da Administração Pública. O controle da legalidade dos atos da administração.
11. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade do Estado no Direito Internacional Público.
12. Fontes do Direito Internacional Público. Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.
13. O tratado internacional. Conceituação, classificação. Processo de elaboração e competências dos Poderes Executivo e Legislativo. Entrada em vigor. Vigência e extinção.
14. Organizações internacionais. Teoria geral.
15. Direitos e garantias fundamentais no Direito Constitucional brasileiro e no Direito Internacional. O Artigo 5, parágrafo 2, da Constituição.

#### Bibliografia sugerida

##### a) Documentos

Constituição Federal do Brasil  
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

##### b) Livros

- ALVES, J. A. Lindgren. Os Direitos Humanos como Tema Global, Perspectiva/FUNAG, São Paulo, 1994.
- AMARAL Jr., Alberto. Manual do Candidato - Noções de Direito, FUNAG, Brasília, 1995.
- BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado, Malheiros, São Paulo, 1995.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado, Saraiva, São Paulo, 19ª ed., 1995.
- FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional, Saraiva, São Paulo, 22ª ed., 1995.
- MELLO, Celso Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público, Renovar, Rio de Janeiro, 10ª ed., 1995.

- REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito, Saraiva, São Paulo, 22ª ed., 1995.
- REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar, Saraiva, São Paulo, 5ª ed., 1995.
- . Direito dos Tratados, Forense, Rio de Janeiro, 1984.
- SILVA, José Affonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, Malheiros, São Paulo, 1995.
- TRINDADE, Antônio A. Cançado. Princípios do Direito Internacional Contemporâneo, Editora da UNB, Brasília, 1981.
- . Direito das Organizações Internacionais, Escopo Editora, Brasília, 1990.

A bibliografia acima é arrolada apenas a título de orientação de estudo para o candidato, que selecionará as obras que mais lhe convierem. Os candidatos que desejarem preparar-se com maior profundidade poderão, ainda, recorrer à leitura de outros doutrinadores.

#### Exemplo de prova no Concurso de 1995 Paulo Henrique Gonçalves Portela - 88,00

1. A lei federal prevalece sobre o lei estadual, independentemente da matéria sobre a qual verse?

*Quanto ao âmbito territorial de validade (ou quanto ao território), as normas jurídicas dividem-se em normas de direito internacional e normas de direito interno. Estas só têm validade no território do Estado, isto é, dentro de suas fronteiras, enquanto aquelas não têm sua validade restrita às fronteiras dos Estados.*

*As normas internas dividem-se em normas municipais, estaduais e federais. As primeiras têm validade apenas no âmbito do município em que foram elaboradas, as segundas, no território do Estado-membro em que foram feitas, e as terceiras, em todo o território nacional, ou apenas em partes deste mesmo território, de acordo com o que estiver nelas disposto.*

*Aqui cabe fazer primeiramente uma distinção entre norma e lei. A lei é uma das fontes formais do direito, isto é, um dos modos pelos quais a norma jurídica se expressa. Por isso, passamos a falar agora não de norma federal, estadual e municipal, mas de lei federal, estadual e municipal.*

É necessário, também, esclarecer o problema da competência da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios. A Constituição Federal de 1988 define, a princípio, dois tipos de competência: competência exclusiva ou privativa, e competência concorrente.

A competência exclusiva ou privativa significa que somente um dos entes que fazem parte do Estado brasileiro (ou a União, ou os Estados-membros, ou o Distrito Federal, ou os Municípios) poderá legislar ou deliberar sobre determinada matéria. O ente competente e a matéria sobre a qual ele pode exercer sua competência são definidos por lei. Neste tipo de competência, a lei federal não prevalece sobre a lei estadual, visto que há matérias da exclusiva alçada dos Estados-membros, sendo, assim, vedada qualquer interferência da União. A lei estadual só se sujeita mesmo à Constituição Federal, e a esta seus dispositivos devem estar adequados.

No âmbito da competência concorrente, mais de um dos entes formadores do Estado brasileiro pode legislar sobre uma mesma matéria, definida em lei. Deste tipo de competência decorrem a competência complementar e a competência supletiva. A primeira diz respeito ao fato de que, onde há competência concorrente, cabe à União apenas estabelecer normas gerais, devendo os Estados-membros estabelecerem normas específicas. Aqui, a lei federal prevalece sobre a lei estadual, visto que esta não pode contrariar dispositivos daquela.

Quando a União não legislar sobre matéria de competência concorrente com os Estados-membros, estes podem legislar sozinhos sobre a matéria respectiva. Exerce-se, assim, a chamada competência supletiva. Aqui também a lei federal prevalecerá sobre a lei estadual: entrando em vigor lei federal sobre determinada matéria, onde já exista lei estadual a respeito, revogam-se todos os dispositivos desta que contrariem a lei federal.

2. Direitos fundamentais não explícitos na Constituição podem ser reconhecidos e aplicados pelos tribunais?

A Constituição Federal de 1988 traz, em seu bojo, uma série de direitos e garantias fundamentais. Entretanto, essa lista não é exaustiva, isto é, não exclui outros direitos e garantias não explícitos em seu texto.

A própria Constituição Federal dispõe que os direitos e garantias fundamentais nela explícitos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, nem aqueles determinados pelos tratados, acordos e atos internacionais dos quais o Brasil seja parte.

Assim, se a partir de um princípio adotado pela Constituição Federal, ou do regime por ela aplicado, deduzir-se, concluir-se pela existência de um direito não mencionado no seu bojo, não será o fato de não estar escrito no texto da Constituição Federal que impedirá sua aplicação pelos tribunais.

Os direitos fundamentais explícitos nos tratados, acordos e atos internacionais podem ser aplicados pelos tribunais, ainda que não estejam expressos no texto constitucional. A condição, todavia, é que o Brasil seja parte destes tratados, acordos e atos internacionais, isto é, que o Brasil (por meio do seu Chefe do Poder Executivo, a quem pertence a competência para tal), os tenha primeiramente assinado - ou a um deles aderido - e ratificado. A ratificação, que no Brasil é de competência do Poder Executivo, sujeita, porém, à aprovação do Congresso Nacional, é o ato pelo qual o Chefe do Executivo aprova o tratado e comunica aos outros Estados que são partes do mesmo que este agora é obrigatório para o Brasil. O tratado entra em vigor após a troca ou depósito dos instrumentos de ratificação, sua promulgação e, finalmente, sua publicação. A partir daí, os direitos fundamentais explícitos nesses atos internacionais, mesmo quando não expressos na Constituição, podem ser reconhecidos e aplicados pelos tribunais.

3. As normas de direito natural são obrigatórias para o legislador?

Na elaboração de uma norma de direito, o legislador deve sempre tomar algo como base, como fundamento da obra legislativa. Esta base pode ser um fato social (um fator econômico, político, religioso, moral, cultural) ou mesmo outra norma, que pode ser de direito positivo ou de direito natural.

O direito natural pode ser, portanto, o fundamento da norma elaborada pelo legislador. O direito natural é fruto da razão do homem, e compreende leis universais e imutáveis, inerentes à natureza humana. O legislador pode utilizar uma norma de direito natural para elaborar uma norma de direito positivo, e, aliás, muitas normas de direito natural encontram-se positivadas.

Entretanto, o legislador não está obrigado a adotar as normas de direito natural. Não há norma jurídica que obrigue o legislador a tal. O direito natural não é o direito estatal, e o Estado não pode obrigar ninguém a obedecê-lo, a não ser que se trate de uma norma que faça parte do ordenamento jurídico estatal, as quais o Estado deve proteger e garantir a eficácia.

*Na elaboração da norma de direito, o legislador pode usar como base as fontes materiais do direito, isto é, os fatos sociais que condicionam e influenciam na formação das fontes formais, das normas de direito, dentre as quais aquela cuja elaboração é da competência do legislador estatal: a lei.*

*Assim, os sistemas econômicos e políticos vigentes, as ideologias predominantes, os interesses sociais, os padrões culturais, etc. podem acabar sendo o fundamento da elaboração das normas pelo legislador. É inegável que muitas vezes alguns desses sistemas, padrões e interesses podem afrontar as normas de direito natural. Por exemplo, no caso de uma ideologia que prega serem certos grupos sociais inimigos da nação e que se reflita em uma norma que determine que "aqueles considerados inimigos da nação estão sujeitos à pena capital", há uma afronta ao direito natural pelo qual deve ser garantido o direito à vida.*

*Às vezes, o fundamento da norma adotada pelo legislador é outra norma de direito positivo. Por exemplo, a lei complementar deve ser elaborada com base no preceito constitucional que pretende regulamentar, não podendo, ainda, contrariá-lo.*

*Esta questão diz também respeito ao problema do fundamento do direito, isto é, à razão de sua obrigatoriedade. Se o fundamento do direito é, segundo Platão, a vontade dos mais fortes, o legislador voltar-se-ia então para a elaboração de normas que refletissem essa vontade, e seria possível que, como tal vontade poderia não coincidir com o direito natural, também a norma assim elaborada não tivesse fundamento no direito natural. Se o fundamento do direito é a exigência de ordem, segurança e paz, tais metas poderiam ser obtidas em desacordo com o direito, como no exemplo dado anteriormente, em que a condição para o estabelecimento da ordem seria a eliminação de um grupo considerado "inimigo da nação". Se considerarmos ainda que o fundamento do direito é a justiça, devemos lembrar que o conceito de justiça varia de acordo com a época: o que é justo no presente pode não ter sido no passado e poderá não sê-lo no futuro; ou o que é considerado justo em certa região ou por uma ideologia pode não o ser em outro contexto. As normas que restringiam a liberdade religiosa nos antigos países comunistas eram consideradas justas de acordo com a ideologia vigente, enquanto tais restrições não se adequavam a outras idéias do que era justo. Desse modo, a idéia de justiça vigente em uma certa sociedade e em certa época pode inadequar-se parcial ou totalmente ao direito natural, e o legislador pode assim empregar como fundamento algo que o afronte.*

#### 4. Há distinção entre nacionalidade e cidadania?

*A nacionalidade é o vínculo jurídico que une uma pessoa a um Estado. Por meio desse vínculo, a pessoa fica sujeita à soberania do Estado de que é nacional. Ao mesmo tempo, esse Estado deve-lhe proteção e a garantia de seus direitos fundamentais.*

*É o Direito Interno de cada Estado que define quem é ou não é nacional, determinando os critérios de aquisição e perda da nacionalidade.*

*O ordenamento jurídico brasileiro concede a nacionalidade brasileira àqueles nascidos no Brasil, ainda que filhos de pai ou mãe estrangeira, desde que estes não estejam a serviço de seu país; àqueles nascidos no exterior, filhos de pai ou mãe brasileira, que estejam ou não a serviço do Brasil. No caso de o pai ou a mãe brasileira não estar a serviço do Brasil, seu filho, para obter a nacionalidade brasileira, deve vir residir no Brasil e optar, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira. Adquire-se também a nacionalidade brasileira por meio de naturalização, observados os dispositivos constitucionais e o Estatuto do Estrangeiro. Perde-se a nacionalidade brasileira por aquisição voluntária de outra nacionalidade (observadas as exceções previstas na Constituição) ou por sentença judicial que a cancele.*

*Já a cidadania é o direito à participação política. É o direito de votar e ser votado. É o direito assim de participar da vida política do Estado.*

*Um dos pressupostos básicos para a obtenção e exercício da cidadania é, porém, a nacionalidade. Só pode possuir a cidadania, em regra, o nacional. O estrangeiro fica, normalmente, alijado da vida política. Ao mesmo tempo, todavia, nem todo nacional possui e pode exercer a cidadania, visto não reunir determinadas condições previstas em lei.*

*Entre os requisitos para a obtenção e exercício da cidadania encontra-se a idade mínima. Para adquirir o direito de voto, é necessário ter pelo menos dezesseis anos de idade. Para o exercício de certos cargos, é necessário também observar-se uma idade mínima, que varia de dezoito anos para vereador, a trinta e cinco anos para Presidente da República. É preciso também, para o exercício do voto e, logo, da cidadania, o alistamento eleitoral. O analfabeto pode votar, mas não pode ser votado, é inelegível. O estrangeiro, finalmente, é inelegível e inalistável (não pode votar, portanto).*

*A única exceção à regra é que os nacionais de Portugal podem, observadas certas condições, votar e ser votados, embora esteja vedado a*

eles o acesso a cargos privativos de brasileiro nato.

##### 5. Contrapor Confederação de Estados a Estado Federal.

*Há várias diferenças entre uma Confederação de Estados e um Estado Federal.*

*Primeiramente, a Confederação de Estados é uma associação de Estados soberanos. A Confederação é uma pessoa jurídica de direito público internacional, criada para alcançar certos fins comuns de seus membros, e sua personalidade jurídica existe para que possa realizar os atos que lhe permitam atingir esses fins. Mas os Estados que a compõem preservam sua soberania e sua personalidade jurídica de direito público internacional.*

*Já no Estado Federal, só a este pertence a soberania. Seus Estados-membros gozam apenas de autonomia, isto é, da capacidade de auto-organização e de autogoverno, mas dentro dos limites impostos pela soberania do Estado Federal, de que fazem parte, e que não admite, dentro de suas fronteiras, a existência de outro poder superior ou mesmo igual.*

*Assim, no Estado Federal, somente este tem personalidade jurídica de direito público internacional, enquanto seus Estados-membros possuem apenas personalidade jurídica de direito público interno.*

*A Confederação constitui-se por meio de tratado, acordo ou ato internacional, assinado pelos Estados soberanos que dela fazem parte. Já o Estado Federal constitui-se por meio de uma Constituição, que define sua estrutura, sua organização jurídica fundamental, isto é, sua forma de estado e governo, o modo de aquisição e exercício do poder, os seus órgãos, os limites de sua competência e do próprio poder. Vale salientar que os Estados que fazem parte da Confederação de Estados preservam sua própria Constituição, e que os Estados-membros podem ter sua própria Constituição, mas subordinada às normas estabelecidas na Constituição do Estado Federal.*

*Os nacionais dos Estados que fazem parte da Confederação de Estados preservam sua própria nacionalidade. No Estado Federal, não há esse vínculo jurídico, que é a nacionalidade, entre a pessoa e um Estado-membro, mas somente entre ela e o Estado Federal.*

*Na Confederação há direito de secessão, isto é, um Estado que faça parte de uma dessas entidades pode abandoná-la. Não há direito de secessão no Estado Federal.*

*No Estado Federal, assuntos como a política externa e a defesa nacional não são de competência dos Estados-membros. Na Confederação, esta pode, dependendo daquilo que seus membros determinarem, assumir tais encargos, ou mantê-los na alçada dos Estados soberanos que dela fazem parte.*

*Os membros da Confederação de Estados poderão adotar formas, sistemas e regimes de governo diferentes entre si, ao passo que o mesmo não diz respeito aos Estados-membros. Um Estado-membro não poderá adotar um regime ditatorial quando o Estado Federal adota um regime democrático, assim como, no caso do Brasil, não poderá haver "reis" a governar os Estados (embora se o Brasil adotasse a forma de governo monárquica, isso não significasse necessariamente que cada Estado-membro passasse a ser governado por um rei).*

*Vale observar que tais características podem ser relativizadas, à medida em que os Estados que fazem parte de uma Confederação ou Estado Federal resolvam, no ato de sua Constituição, limitar ou aumentar os direitos e poderes que lhes cabem, embora às vezes tais diferenças façam com que a Confederação de Estados ou o Estado Federal fujam um pouco à sua natureza.*

## NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de cinco dissertações, de curta extensão.

### Programa

#### I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

#### II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.
3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas

guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

### Bibliografia sugerida

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia, e é coberta em manuais como o Manual de Economia organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr, e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo (publicado inicialmente em 1959).

PINHO, D. B. & VASCONCELOS, M. A. S. (orgs). Manual de Economia. Saraiva São Paulo, 1992

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense (publicado inicialmente em 1945).

SAMUELSON, P. A; NORDHAUS, W. D. Economia, trad. da 12ª ed. norte-americana por M. M. Godinho, Lisboa, São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" in Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Manual do Candidato - Noções de Economia, FUNAG, Brasília, 1995.

WONNACOTT, P. & WONNACOTT, R. Economia, 2ª ed., trad. da 4ª ed. norte-americana por C. S. Gondo *et alli*. São Paulo: Makron, 1994.

### Exemplo de prova no Concurso de 1995 Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel - 94,00

Escolha, para desenvolver, cinco das questões abaixo:

1. Discute-se hoje no Brasil a fixação do limite máximo de 12% ao ano para a taxa de juros. Discorra sobre as possíveis repercussões dessa medida sobre a condução da política monetária.

2. O pensamento keynesiano ampliou o papel econômico atribuído ao Estado nas economias capitalistas modernas. Discorra sobre os motivos dessa ampliação, e sobre as áreas onde a presença do Estado se torna necessária, de acordo com aquela visão.

*O pensamento econômico clássico, protagonizado por economistas como Adam Smith e David Ricardo, defendia a idéia de que, no sistema capitalista, uma "mão invisível" traria equilíbrio e eficiência aos mercados e que a perseguição de objetivos egoístas por parte dos agentes econômicos resultava em benefícios para a sociedade como um todo. Dentro desta ótica, caberia ao Estado apenas um papel residual na condução da economia, provendo bens públicos puros, mantendo um sistema legal que regulamente e dê segurança ao sistema de contratos comerciais e cuidando da segurança em relação ao exterior.*

*Este pensamento econômico clássico (também identificado com o pensamento liberal), fundamentado no "laissez-faire" e na não intervenção foi duramente criticado por Keynes que, no seu "Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda", defendia a intervenção estatal como a única forma de se impedir a recorrência das crises do capitalismo.*

*Enquanto, para os clássicos, a economia tenderia naturalmente para o pleno emprego e para um equilíbrio, Keynes argumentava que a economia podia encontrar um ponto de equilíbrio abaixo do pleno emprego, devido a uma influência no nível de demanda agregada na economia, o que acarretava desemprego e instabilidade.*

*Um dos argumentos de Keynes era que, sendo a decisão de investir - o investimento é um componente importante da demanda agregada - baseada fundamentalmente nas expectativas de retorno do capital por parte dos investidores e, dado o fato de essas expectativas conterem um elevado grau de subjetividade e incerteza, nada garantiria que a demanda agregada*

efetiva fosse igual àquela de pleno emprego.

Caberia ao Estado, então, intervir na economia para adequar a demanda efetiva à demanda agregada de pleno emprego. Keynes argumentava que a ampliação dos gastos do governo (mesmo mediante déficits) teria o efeito de estimular a demanda agregada e evitar o desemprego e as depressões econômicas. De maneira análoga, o governo deveria desaquecer a economia quando esta estivesse acima dos níveis de pleno emprego, pois, neste estágio (pleno emprego), um aumento da demanda agregada causa apenas inflação.

A publicação das teorias de Keynes coincidiu e em larga medida explicava a grande crise de 1929, na qual breves níveis de demanda agregada eram responsáveis por uma grave recessão.

Durante o New Deal e principalmente após a 2ª Grande Guerra, o pensamento keynesiano lançou força e passou a influenciar diversas economias capitalistas. Esta nova doutrina atestava que, para evitar crises indesejáveis (recessivas ou inflacionárias), o Estado deveria utilizar políticas tanto monetárias quanto fiscais para ajustar a demanda agregada. Assim, através do controle da base monetária e da taxa de juros, o governo poderia estimular, ou não, o investimento, aumentando a demanda agregada com juros baixos e contendo-a com juros altos.

Para os keynesianos, contudo, o instrumento mais poderoso para se alterar a demanda agregada é a política fiscal, quer através dos seus gastos, que deveriam ser principalmente em obras de infra-estrutura como estradas e portos, quer através da tributação, o governo pode expandir ou contrair a demanda agregada. Um aumento nos gastos governamentais ou uma redução nos impostos estimulariam a demanda agregada, enquanto políticas fiscais restritivas (cortes nos gastos e altos impostos) teriam efeito contrário.

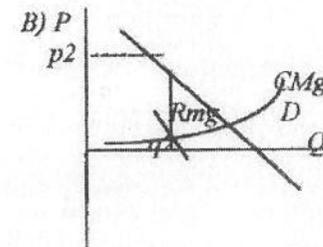
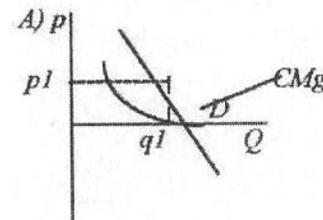
Principalmente para os defensores keynesianos do intervencionismo econômico, o Estado deverá, então, monitorar a economia intervindo por meio de políticas fiscais e/ou monetárias, sempre que a demanda agregada ameaçar se distanciar da demanda agregada de pleno emprego, para assegurar um crescimento contínuo e mais estável da economia.

3. Afirma-se freqüentemente que a existência de monopólios resulta em alocação ineficiente dos recursos econômicos; explique a fundamentação dessa afirmativa.

A afirmativa de que a existência de monopólios resulta em alocação ineficiente de recursos econômicos está relacionada, principalmente, ao fato de o monopólio poder afetar o preço no seu mercado individual.

Enquanto na concorrência perfeita, a pulverização das unidades produtoras faz com que elas tenham que tomar o preço como dado, isto é, nenhuma empresa isolada tem poder para alterar o preço, a empresa monopolista pode deslocar-se à vontade ao longo de toda a crise de demanda até atingir o ponto onde seu lucro será maximizado.

Na concorrência perfeita, a interação entre os vários produtores tomadores de preço faz com que a curva de oferta da indústria reflita a área de custos marginais que inclui os custos de todos os fatores de produção e uma remuneração "justa" do capital. Então, para maximizar seu lucro na concorrência perfeita, o produtor irá produzir a quantidade na qual a demanda ( $D$ ) é igual ao custo marginal ( $CMg$ ) (gráfico A). O produtor monopolista, por outro lado, não enfrenta a concorrência e tem grande poder de mercado. Sua curva de demanda individual é igual à área de demanda da indústria como um todo. Sem temer a concorrência nem a entrada de novos produtores no mercado - restrita por definição no monopólio - a maximização do lucro no monopólio se dá quando o custo marginal se iguala à da receita marginal ( $Rmg$ ) (gráfico B).



*A análise dos dois gráficos demonstra que na concorrência perfeita a quantidade produzida e o preço refletem a compatibilização dos desejos tanto de produtores quanto de consumidores, que leva à produção de maior quantidade a um menor preço. O gráfico B, por outro lado, permite demonstrar que o equilíbrio no monopólio reflete a maximização de lucro da empresa monopolista e prova a alocação ineficiente de recursos uma vez que, dada a técnica existente (refletida pela área de custo marginal), seria possível produzir mais por um preço menor e, ainda assim, obter um lucro "normal" (em relação ao lucro monopolista exagerado).*

*Com o monopólio, então, verifica-se uma perda de eficiência econômica para a sociedade como um todo em benefício de uma única empresa, o que leva diversos governos a adotarem medidas para impedir a formação de monopólios. Se, por qualquer motivo, a existência de um monopólio for inevitável, a melhor solução para se evitar a alocação ineficiente de recursos econômicos seria um controle de preços por parte do governo, forçando o monopólio a, também, considerar seus preços como dados e forçando-o a produzir uma quantidade condizente com uma alocação eficiente de recursos.*

4. Um dos argumentos a favor do chamado sistema de bandas cambiais, no qual se permite uma flutuação das taxas de câmbio dentro de certos limites, é que assim se obteriam as vantagens do sistema de taxas cambiais flexíveis, sem incorrer nas desvantagens desse último sistema. Explique quais são essas vantagens e desvantagens.

5. As atuais taxas de juros elevadas, no Brasil, estão relacionadas com o propósito do governo de reduzir o nível de consumo, considerado excessivo. (a) Explique em que sentido o consumo pode ser "excessivo". (b) Discorra sobre formas alternativas de redução do consumo, por meio de instrumentos de política fiscal.

6. Um dos fatos mais marcantes hoje observados no cenário internacional é o abandono do planejamento econômico nos antigos países socialistas. Explique como se pode esperar substituir o planejamento por outras formas de organização da atividade econômica, e como essas novas formas podem resolver os problemas fundamentais da economia.

7. Que benefícios são esperados do processo de liberalização de importações ora em curso no Brasil?

*A liberalização de importações ora em curso no Brasil reflete, entre outras coisas, a necessidade de o País buscar uma melhor inserção na economia mundial.*

*A nova realidade econômica internacional, bem como a globalização da produção em escala planetária e o primado da tecnologia como principal modo dinâmico do desenvolvimento econômico tornaram imprescindíveis a liberalização de importações.*

*No que concerne a eficiência produtiva, a liberalização tem dois propósitos: em primeiro lugar, estimular as empresas nacionais a buscarem competitividade internacional, pois, para concorrer com empresas internacionais e produtos importados, as empresas nacionais terão que investir em redução de custos e aumento de qualidade, o que, em última instância, favorece o consumidor nacional. Por outro lado, a liberalização também visa a facilitar o acesso de empresas nacionais, que desejem aumentar sua produtividade, a tecnologias e equipamentos mais modernos e eficientes vindos do exterior.*

*Outro aspecto da liberalização é a atração de investimentos diretos no país. A globalização da produção internacional determina que insumos produzidos em países diferentes serão reunidos em um terceiro país para a montagem final. A existência, no Brasil, de altas taxas de importação impedia que o país fizesse parte deste circuito altamente dinâmico e rentável.*

*Um terceiro objetivo da liberalização de importações está relacionado ao plano de estabilização econômica. A entrada de produtos importados no país a preços mais baixos do que os similares nacionais tem ajudado a conter as pressões inflacionárias, especialmente nas épocas de aquecimento do consumo. Além disso, a importação aumentou a concorrência e permitiu a redução de preços em setores altamente oligopolizados da economia - como a indústria automobilística.*

*Por fim, cabe destacar que a flexibilização das importações permite ao País sustentar sua posição liberalista em foros como a OMC e exigir a abertura de mercados de outros países em relação a produtos de exportação brasileiros.*

8. Explique por que a quantidade de uma mercadoria ofertada no mercado costuma ser mais flexível a variações de preço no longo prazo do que no curto prazo.

9. Discuta a seguinte afirmativa: "A idéia de um mercado perfeitamente competitivo é inteiramente irrealista e artificial, sendo assim de pouca utilidade como instrumento conceitual."

*Uma das grandes desvantagens das Ciências Humanas ou Sociais em relação às Ciências Exatas está na grande dificuldade de as primeiras realizarem experiências sob condições controladas para dar sustentação empírica a suas teorias.*

*Enquanto fenômenos físicos e químicos podem ser estudados em laboratórios, fenômenos sociais têm que ser inferidos na observação da própria sociedade que, via de regra, apresenta ao cientista/pesquisador uma realidade caótica e confusa na qual é quase impossível isolar uma relação de causa e efeito. Se somarmos a isto o fato de que a própria observação do fenômeno social muitas vezes tem o poder de alterá-lo, pode-se ter uma noção das dificuldades enfrentadas pelos cientistas sociais.*

*A economia, apesar do alto grau de sofisticação matemática de diversos de seus modelos, é uma ciência fundamentalmente social, sujeita, então, a estas enormes dificuldades para a verificação empírica de teorias.*

*Para tentar superar estes problemas, o economista, então, lança mão de modelos teóricos (alguns dos quais com alto grau de abstração) na tentativa de analisar aspectos isolados da complexa realidade social. Neste sentido, a idéia de um mercado perfeitamente competitivo, apesar de não corresponder à realidade atual de uma economia oligopolizada com pesada influência governamental, - continuando, porém, adequada para descrever as indústrias específicas de alguns produtos agrícolas - revela-se um poderoso instrumento de análise.*

*É a partir do estudo de modelos simples (como o de concorrência perfeita) que se podem inferir alguns dos pressupostos básicos da Economia, como, por exemplo, a lei da oferta e da procura. Munidos destes pressupostos básicos, obtidos através da análise de modelos abstratos (que refletem, muitas vezes, casos extremos), os economistas podem, então, partir para a análise de casos mais complexos porquanto mais próximos da realidade social. É o caso, por exemplo, do estudo da formação de preços nos mercados oligopolizados.*

*Até mesmo nas Ciências Exatas, as experiências controladas realizadas em laboratório apresentam um componente importante de artificialidade e irrealismo sem os quais não se poderão isolar relações de causa e efeito nem observar fenômenos específicos. Assim, é a própria*

*simplicidade e artificialidade da idéia do mercado perfeitamente competitivo que o torna um instrumento conceitual indispensável para a análise de teorias econômicas.*

*Vale apenas notar que a idéia de um mercado perfeitamente competitivo não é o único elemento abstrato presente na teoria econômica. A análise econômica freqüentemente requer cláusulas restritivas como a condição "ceteris paribus" ou a hipótese da maximização do lucro por parte dos agentes econômicos.*

10. Explique, em linhas gerais, o conceito de concorrência monopolística.

*O conceito de concorrência monopolística, assim como o do oligopólio, representa uma posição intermediária entre os casos extremos da concorrência perfeita e do monopólio.*

*Na concorrência monopolística, um número razoavelmente grande de produtores fabrica produtos diferenciados, o que lhes confere limitado poder de mercado. A diferenciação do produto atende aos gastos específicos de determinados grupos de consumidores que, dado um pequeno aumento no preço, não se importam de pagar um pouco mais pelo produto de sua preferência. Um aumento exagerado no preço, contudo, quase que certamente levará o consumidor a optar por um substituto de outra marca. O produtor na concorrência monopolística se defronta, assim, com uma curva de demanda bastante elástica, mas não horizontal.*

*Uma outra característica da concorrência monopolística é a relativa facilidade com que outras empresas podem entrar no mercado (basta desenvolver um produto diferenciado que atenda aos gastos de um grupo de consumidores), o que não se verifica nem no oligopólio nem no monopólio.*

*Quanto à questão da alocação eficiente de recursos, a concorrência monopolística não apresenta grandes problemas, uma vez que se argumenta que o preço levemente mais caro que a sociedade paga para a obtenção dos produtos reflete o benefício de uma escolha mais ampla e do atendimento a gastos mais específicos dos consumidores.*

## FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais incluirá prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a bibliografia sugerida para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I, ver anexos 1, 2 e 3) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à carreira diplomática não descure o Francês.

Além de ampla bibliografia hoje disponível em todas as livrarias e bibliotecas para o estudo de Francês, a FUNAG acrescentará à série *Manual do Candidato* um número especial dedicado a este idioma.

**LEGISLAÇÃO****DECRETO DE 14 DE SETEMBRO DE 1995**

*(cria o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase, PROFA-I, após a aprovação no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata)*

**PORTARIA DE 1º DE NOVEMBRO DE 1995**

*(regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase, PROFA-I)*

**PORTARIA DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995**

*(estrutura o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase, PROFA-I)*

DECRETO DE 14 DE SETEMBRO DE 1995  
(que cria o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase,  
PROFA-I, após a aprovação no Concurso de Admissão à Carreira de  
Diplomata)

Altera dispositivos do artigo 10 do Regulamento de  
Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto  
nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o  
art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, §  
1º, e 38, parágrafo único, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986:

DECRETA

Art. 1º O art. 10 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior,  
aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, passa a vigorar  
com a seguinte redação:

“Art. 10.....

§ 2º - Na hipótese de que trata o parágrafo único do art. 51, serão  
observados os seguintes procedimentos para avaliação das aptidões e da  
capacidade do servidor para o exercício do cargo de carreira funcional do  
Serviço Exterior:

a - durante o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira  
Fase (PROFA-I), o funcionário será avaliado pelo Instituto Rio Branco e  
pelas chefias imediatas semestralmente nas atividades de formação e  
desempenho funcional, sendo advertido em caso de insuficiência;

b - no correr do último semestre do PROFA-I, os relatórios relativos  
aos períodos de avaliação serão submetidos pelo Diretor do Instituto Rio  
Branco ao Secretário-Geral das Relações Exteriores, que os encaminhará  
ao Ministro de Estado das Relações Exteriores com seu parecer;

c - o parecer mencionado na alínea anterior considerará obrigatori-  
amente as advertências recebidas e as insuficiências da avaliação média, se  
houver;

d - desse parecer, se contrário à confirmação, será dada vista ao ser-  
vidor pelo prazo de 5 (cinco) dias;

e - apreciando os pareceres e as defesas, o Ministro de Estado das

Relações Exteriores aprovará o resultado do PROFA-I e submetê-lo-á ao Presidente da República para homologação por Decreto.

§ 3º - O PROFA-I será regulado por ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

§ 4º - O funcionário do Serviço Exterior que não for aprovado no estágio probatório será exonerado, ou, se gozar de estabilidade no Serviço Público Federal, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, desde que vago este."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 14 de setembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL  
SEBASTIÃO DO REGO BARROS NETTO

#### PORTARIA DE 1º DE NOVEMBRO DE 1995

*(regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase, PROFA-I)*

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nas Leis nº 7.501, de 27 de junho de 1986, especialmente em seus artigos 38 e 39, parágrafos únicos, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, resolve estabelecer o seguinte regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I):

Regulamento do Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I)

#### Capítulo I Das finalidades e duração

Art. 1º O PROFA-I tem por finalidade a avaliação das aptidões e capacidade de funcionário nomeado para o cargo inicial da carreira de diplomata do Serviço Exterior, durante o estágio probatório de que trata o art. 8º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O PROFA-I compreende as atividades de formação e desempenho funcional, a serem coordenadas pelo Instituto Rio Branco (IRBr).

Art. 3º Considerando a natureza da carreira diplomática, serão utilizados como instrumentos de formação e aperfeiçoamento trabalhos práticos, exercícios, preleções, exames, debates em seminários, monografias, treinamento em postos no exterior e nas unidades da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), visitas a Estados da Federação e demais atividades que programe o Diretor do IRBr.

Art. 4º O PROFA-I começará no máximo 30 (trinta) dias após a nomeação dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e terá a duração de quatro períodos consecutivos, assim distribuídos:

a) os dois primeiros períodos, de não mais do que 20 semanas cada um, darão ênfase a atividades indispensáveis à formação e ao aperfeiçoamento do funcionário nomeado, à luz das necessidades da carreira diplomática;

b) o terceiro, de 91 dias, será dedicado ao treinamento em missão transitória no exterior; e

c) o quarto, de oito meses, incluirá treinamento no IRBr, para as técnicas de gestão do Ministério, e em estágios sucessivos nas demais unidades da SERE.

Parágrafo único - A estrutura do PROFA-I, incluindo a seleção dos postos no exterior para a missão transitória e das unidades da SERE para efeitos de estágio, e o período de férias serão definidos pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, por proposta do Diretor do IRBr, em edital a ser publicado no Diário Oficial da União.

Art. 5º O funcionário não se poderá recusar a tomar parte ou submeter-se a quaisquer dos instrumentos e atividades de formação e aperfeiçoamento acima mencionados.

## Capítulo II Da avaliação

Art. 6º A avaliação das atividades do PROFA-I ficará a cargo do IRBr e das Chefias imediatas e do Diretor do IRBr.

Art. 7º O funcionário nomeado será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade.

Parágrafo único - Na aferição desses critérios, serão considerados obrigatoriamente a proficiência nos instrumentos de formação e aperfeiçoamento, bem como o desempenho profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 8º A avaliação semestral, de que trata o art. 10, § 2º, alínea a, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado, será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e por conceitos de "satisfatório" ou "insatisfatório";

a) a média das notas do período será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada período;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação de "insatisfatório", o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr;

d) só será admitida uma notificação; e

e) na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas — composta pelo Diretor do IRBr e de dois outros dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira de diplomata — para examiná-la.

Art. 9º Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

LUIZ FELIPE LAMPREIA

PORTARIA DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995  
(estrutura o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase,  
PROFA-I)

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista a Portaria Ministerial, de 1º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995, que aprovou o regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), resolve baixar as seguintes normas e diretrizes para o referido Programa:

Capítulo I  
Das finalidades

Art. 1º O PROFA-I, de que trata o art. 10, § 2º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, tem por finalidade dar início à formação dos diplomatas, aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, convocado com base nos artigos 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O PROFA-I será coordenado pelo Instituto Rio Branco (IRBr) e terá os seguintes objetivos:

- I - estimular o interesse pela profissão;
- II - harmonizar os conhecimentos adquiridos no curso universitário com as necessidades da formação diplomática;
- III - transmitir e praticar os ensinamentos próprios à função diplomática;
- IV - desenvolver a capacidade crítica para a melhor compreensão da gestão das decisões e atitudes da política externa brasileira; e
- V - iniciar nas normas de conduta e nas técnicas de gestão do Itamaraty.

## Capítulo II Da duração e da estrutura

Art. 3º A duração do PROFA-I será de dois anos, coincidindo com o estágio probatório no Serviço Público e constituindo pré-requisito obrigatório para a confirmação no Serviço Exterior.

Art. 4º O Primeiro Ano assim estará estruturado:

I - as matérias estarão subdivididas em conceituais, profissionalizantes e idiomas;

II - cada matéria terá carga semanal de duas horas, num total de 40 por semestre e 80 por ano;

III - as aulas serão referências metodológicas para leituras monitoradas em debates;

IV - poderá ser organizada 1 (uma) hora adicional de seminários, palestras, "work-shops", para cada 3 (três) horas de matérias conceituais, 6 (seis) horas de matérias profissionalizantes e 8 (oito) horas dos idiomas;

V - o programa de cada matéria poderá desenvolver-se em módulos sucessivos;

VI - as matérias conceituais deverão incluir Economia, Direito, Diplomacia, Relações Internacionais e Leituras Brasileiras;

VII - as matérias profissionalizantes incluirão Linguagem Diplomática e Instrumentos Diplomáticos;

VIII - serão idiomas obrigatórios o Inglês, o Francês e o Espanhol.

§ 1º - somente as notas em Inglês serão consideradas para a aprovação no PROFA-I; e

§ 2º - a proficiência, atestada em nível adequado pelos professores do IRBr, em Francês e Espanhol será pré-requisito obrigatório para a primeira remoção para o exterior do diplomata;

IX - o programa, a bibliografia, o calendário de aulas, provas e, se possível, seminários, e os critérios e a periodicidade da avaliação de cada matéria deverão ser fornecidos pela Direção do IRBr ao começo do semestre;

X - os responsáveis pelas matérias conceituais e profissionalizantes serão escolhidos dentre os professores universitários, com pelo menos título de Mestre e, preferentemente, de Doutor, e os funcionários da carreira diplomática com notório saber e reconhecida experiência;

XI - será indicado um orientador profissional, dentre os ocupantes da Classe de Conselheiro ou Primeiro-Secretário, para cada grupo de 3 ou 4 diplomatas inscritos no PROFA-I; e

XII - será indicado um diplomata de ligação com cada responsável pelo ensino de idiomas obrigatórios, com vistas a fornecer o material e a orientação necessários para reforçar o uso dos idiomas precipuamente como instrumento de trabalho.

Art 5º O Segundo Ano terá a seguinte estrutura:

I - missão transitória no exterior de 91 dias, e,

II - a seguir, estágios na Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) ao longo de 8 (oito) meses.

Art 6º A missão transitória no exterior será cumprida em postos da América do Sul e México e deverá permitir o treinamento do diplomata nos principais setores da Embaixada ou Repartição Consular.

Art 7º Os estágios na SERE compreenderão:

I - duas horas diárias no IRBr para sessões práticas em técnicas de gestão do Itamaraty e encontros com Chefes de Departamento e Divisão;

II - aulas de idiomas, se forem necessárias como reforço; e

III - estágios nas unidades do Ministério, segundo critério que permita o rodízio do treinamento profissional entre atividades-meio e atividades-fim.

Parágrafo único: os estágios na SERE não poderão ultrapassar 1 (um) mês por unidade e não se deverão interromper, em hipótese alguma, antes de completados os oito meses.

Art. 8º Entre o Primeiro e Segundo Anos, a Direção do IRBr organizará viagem de estudo pelo Brasil ou estágios de trabalho em outros órgãos da Administração Pública.

## Capítulo III Da avaliação

Art. 9º A avaliação de cada diplomata caberá aos responsáveis pelas matérias, às Chefias imediatas e ao Diretor do IRBr.

Art. 10 O diplomata será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade, merecendo especial atenção o desempenho nas matérias e profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 11 A avaliação semestral será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e, por conceitos, de "satisfatório" ou "insatisfatório";

a) a média das notas do semestre será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada semestre pelo Diretor do IRBr e/ou Chefias imediatas dos estágios, se for o caso;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação insatisfatória, o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr;

d) a primeira notificação será objeto de assentamento no maço pessoal do funcionário nomeado; e

e) na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário-Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas, composta pelo Diretor do IRBr e dois outros membros, dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira, para examiná-la.

Art. 12 Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário-Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

Art 13 Caberá, adicionalmente, ao Diretor do IRBr:

I - submeter à aprovação do Secretário-Geral das Relações Exteriores a programação de cada PROFA-I;

II - submeter à aprovação do Secretário-Geral das Relações Exteriores o regulamento interno do PROFA-I, antes de seu início em agosto de 1996;

III - autorizar as férias dos diplomatas, em função das atividades do PROFA-I;

IV - indicar e fazer publicar no Boletim de Serviço do Ministério das Relações Exteriores os responsáveis pelas matérias, seus assistentes, os orientadores profissionais e funcionários de ligação com os responsáveis pelos idiomas;

V - definir o montante a ser pago por aula, correção de provas, exercícios e monografias, palestra, seminário, orientação profissional e ligação com os responsáveis pelos idiomas, e fazê-lo publicar no Boletim de Serviço;

VI - aprovar as normas e diretrizes do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata e fazê-las publicar no Diário Oficial da União; e

VII - resolver os casos omissos no âmbito de sua competência.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS